

32

cadernos temáticos CRP SP

*Conversando sobre as perspectivas
da educação inclusiva para pessoas
com Transtorno do Espectro Autista*



Conselho Regional de **PSICOLOGIA SP**

Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região - CRP 06

cadernos temáticos CRP SP

**Conversando sobre as perspectivas
da educação inclusiva para pessoas
com Transtorno do Espectro Autista**

CRP 06 · São Paulo · 2019 · 1ª Edição

Caderno Temático nº 32 – Conversando sobre as perspectivas da educação inclusiva para pessoas com Transtorno do Espectro Autista

XV Plenário (2016-2019)

Diretoria

Presidenta | Luciana Stoppa dos Santos
Vice-presidenta | Larissa Gomes Ornelas Pedott
Secretária | Suely Castaldi Ortiz da Silva
Tesoureiro | Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Conselheiras/os

Aristeu Bertelli da Silva (*Afastado desde 01/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)
Beatriz Borges Brambilla
Beatriz Marques de Mattos
Bruna Lavinias Jardim Falleiros (*Afastada desde 16/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)
Clarice Pimentel Paulon (*Afastada desde 16/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)
Ed Otsuka
Edgar Rodrigues
Evelyn Sayeg (*Licenciada desde 20/10/2018 - PL 2051ª de 20/10/18*)
Ivana do Carmo Souza
Ivani Francisco de Oliveira
Magna Barboza Damasceno
Maria das Graças Mazarin de Araújo
Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri
Maria Rozineti Gonçalves
Maurício Marinho Iwai (*Licenciado desde 01/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)
Mary Ueta
Monalisa Muniz Nascimento
Regiane Aparecida Piva
Reginaldo Branco da Silva
Rodrigo Fernando Presotto
Rodrigo Toledo
Vinicius Cesca de Lima (*Licenciado desde 07/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)

Organização do caderno

Valéria Campinas Braustein, Ione Aparecida Xavier, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso e Maria Rozineti Gonçalves

Revisão ortográfica

Julie Anne Caldas

Projeto gráfico e editoração

Paulo Mota | Relações Externas CRP SP

C755c Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.
Conversando sobre as perspectivas da educação inclusiva para
pessoas
com Transtorno do Espectro Autista. Conselho Regional de Psicologia de São
Paulo. - São Paulo: CRP SP, 2019.
32 p.; 21x28cm. (Cadernos Temáticos CRP SP /nº 32)

ISBN: 978-85-60405-59-6

1. Psicologia – Transtorno do Espectro Autista. 2. Educação Inclusiva. 3.
Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). I. Título

CDD 157.9

Ficha catalográfica elaborada por Marcos Toledo CRB8/8396

Cadernos Temáticos do CRP SP

Desde 2007, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo inclui, entre as ações permanentes da gestão, a publicação da série *Cadernos Temáticos do CRP SP*, visando registrar e divulgar os debates realizados no Conselho em diversos campos de atuação da Psicologia.

Essa iniciativa atende a vários objetivos. O primeiro deles é concretizar um dos princípios que orientam as ações do CRP SP, o de produzir referências para o exercício profissional de psicólogas/os; o segundo é o de identificar áreas que mereçam atenção prioritária, em função de seu reconhecimento social ou da necessidade de sua consolidação; o terceiro é o de, efetivamente, ser um espaço para que a categoria apresente suas posições e questionamentos acerca da atuação profissional, garantindo, assim, a construção coletiva de um projeto para a Psicologia que expresse a sua importância como ciência e como profissão.

Esses três objetivos articulam-se nos *Cadernos Temáticos* de maneira a apresentar resultados de diferentes iniciativas realizadas pelo CRP SP, que contaram com a experiência de pesquisadoras/es e especialistas da Psicologia para debater sobre assuntos ou temáticas variados na área. Reafirmamos o debate permanente como princípio fundamental do processo de democratização, seja para consolidar diretrizes, seja para delinear ainda mais os caminhos a serem trilhados no enfrentamento dos inúmeros desafios presentes em nossa realidade, sempre compreendendo a constituição da singularidade humana como um fenômeno complexo, multideterminado e historicamente produzido. A publicação dos *Cadernos Temáticos* é, nesse sentido, um convite à continuidade dos debates. Sua distribuição é dirigida a psicólogas/os, bem como aos diretamente envolvidos com cada temática, criando uma oportunidade para a profícua discussão, em diferentes lugares e de diversas maneiras, sobre a prática profissional da Psicologia.

Este é o 32º Caderno da série. Seu tema é: *Conversando sobre as perspectivas da educação inclusiva para pessoas com Transtorno do Espectro Autista*.

Outras temáticas e debates ainda se unirão a este conjunto, trazendo para o espaço coletivo informações, críticas e proposições sobre temas relevantes para a Psicologia e para a sociedade.

A divulgação deste material nas versões impressa e digital possibilita ampla discussão, mantendo permanentemente a reflexão sobre o compromisso social de nossa profissão, reflexão para a qual convidamos a todas/os.

XV Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo

Os Cadernos já publicados podem ser consultados em www.crsp.org.br:

- 1 – Psicologia e preconceito racial
- 2 – Profissionais frente a situações de tortura
- 3 – A Psicologia promovendo o ECA
- 4 – A inserção da Psicologia na saúde suplementar
- 5 – Cidadania ativa na prática
- 5 – *Ciudadanía activa en la práctica*
- 6 – Psicologia e Educação: contribuições para a atuação profissional
- 7 – Nasf – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
- 8 – Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas
- 9 – Ensino da Psicologia no Nível Médio: impasses e alternativas
- 10 – Psicólogo Judiciário nas Questões de Família
- 11 – Psicologia e Diversidade Sexual
- 12 – Políticas de Saúde Mental e juventude nas fronteiras psi-jurídicas
- 13 – Psicologia e o Direito à Memória e à Verdade
- 14 – Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para Psicologia
- 15 – Centros de Convivência e Cooperativa
- 16 – Psicologia e Segurança Pública
- 17 – Psicologia na Assistência Social e o enfrentamento da desigualdade social
- 18 – Psicologia do Esporte: contribuições para a atuação profissional
- 19 – Psicologia e Educação: desafios da inclusão
- 20 – Psicologia Organizacional e do Trabalho
- 21 – Psicologia em emergências e desastres
- 22 – A quem interessa a “Reforma” da Previdência?: articulações entre a psicologia e os direitos das trabalhadoras e trabalhadores
- 23 – Psicologia e o resgate da memória: diálogos em construção
- 24 – A potência da psicologia obstétrica na prática interdisciplinar: uma análise crítica da realidade brasileira
- 25 – Psicologia, laicidade do estado e o enfrentamento à intolerância religiosa
- 26 – Psicologia, exercício da maternidade e proteção social
- 27 – Nossa luta cria: enfrentar as desigualdades e defender a democracia é um dever ético para a Psicologia
- 28 – Psicologia e precarização do trabalho: subjetividade e resistência
- 29 – Psicologia, direitos humanos e pessoas com deficiência
- 30 – Álcool e outras drogas: subsídios para sustentação da política antimanicomial e de redução de danos
- 31 – Psicologia e justiça: interfaces

Sumário

- 07** INTRODUÇÃO
Valéria Campinas Braunstein
- 09** CONVERSANDO SOBRE AS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
Maria Rozineta Gonçalves
Lilian Suzuki
Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso
Valéria Braunstein
Paula Ayub
Andrea Souza Pontes Natal
Andrea dos Santos de Jesus

Introdução

Valéria Campinas Braunstein

Colaboradora do Núcleo Educação e Medicalização (NEM) e do Núcleo Psicologia e Deficiência (NPD) do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP SP

Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm sido motivo de investigação nas áreas de saúde, educação e assistência social. Com incidência aproximada de 1:200 nascimentos, de etiologia ainda questionável, tal transtorno foi estudado por Leo Kanner (1943), Asperger (1968) e Wing (1981), que descreveram as pessoas com TEA como aquelas que apresentam geralmente um grau de prejuízos no curso do desenvolvimento, dentro de um espectro composto pela tríade de déficits simultâneos e variáveis na interação, na ordem simbólica, social e comunicacional, características essas frequentemente acompanhadas de comportamentos repetitivos e estereotipados, expressos em quadros clínicos, dos tênues aos mais graves. As condições de desenvolvimento na esfera comunicacional apresentam um descompasso na linguagem expressiva, denotando por vezes falas mal compreendidas e/ou descontextualizadas, e também é comum ocorrer a ausência de fala. Já em relação à linguagem receptiva, os prejuízos se evidenciam na função interpretativa, que poderá ser literal diante das expressões de linguagem e das situações. Assim a área comunicacional interfere diretamente na aprendizagem da cultura escrita e na interação social dessas pessoas, que no ambiente escolar demandam atenção específica para que possam aprender e se desenvolver. Também estão presentes, em alguns casos, dificuldades para lidar com mudanças no ambiente, bem como a manifestação de pânico diante de sons e/ou ruídos fortes e a ausência do olhar para o rosto do interlocutor e a auto e/ou heteroagressividade.

Na esfera simbólica, evidencia-se a fixação de interesses por determinados assuntos e/ou atividades. A diversidade intelectual também está presente e, portanto, as possibilidades cognitivas são uma incógnita e diversas, como em qualquer outro ser humano. Essas especificidades de comportamento e de relações afetivas e humanas ainda permanecem como justificativa para que essas crianças frequentemente instituições especializadas de modo substitutivo à modalidade de ensino comum. Na esfera educacional, principalmente na educação especial, os estudos e as práticas têm como

desafio reconhecer as necessidades desses estudantes e oferecer situações de aprendizagem que sejam com eles condizentes. No entanto, como as crianças têm características diversas dentro de um espectro, há controvérsias sobre qual é o atendimento educacional mais adequado às especificidades das pessoas com TEA. Embora não tenhamos estudos e práticas conclusivos e uniformes em relação às estratégias de ensino para esses estudantes na escola, profissionais da educação e da saúde persistem buscando oferecer um atendimento de qualidade. Os profissionais psicólogos são frequentemente chamados a participar dos processos de inclusão educacional e social dessas pessoas, são convocados a trabalhar com as famílias, com os professores, junto às escolas, e de modo individual e grupal com as pessoas que manifestam TEA.

Políticas públicas têm sido criadas para atender à diversidade. A Declaração de Salamanca (1994), documento do qual o Brasil tornou-se signatário, pode ser considerada como um marco legal que contribuiu para disseminação do paradigma de educação inclusiva no mundo, uma vez que preconiza o direito de acesso e permanência de todos e todas ao ensino regular. Esse documento tem colaborado para a criação e a homologação de leis, internacionais e nacionais¹, e de documentos orientadores e subsidiários, ao apontar para a necessidade de serviços de suporte para que se concretize o paradigma inclusivo. Entre os profissionais de suporte, podemos citar os psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, médicos e pedagogos especializados, de modo que se forme uma rede de serviços em prol de uma educação de qualidade para todos e todas. Embora as pessoas com TEA tenham sido beneficiadas indiretamente por tais documentos, ainda se fazia necessário a criação de leis específicas a essa população, e assim a Lei 12.764 de 2012 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, equiparando-a às pessoas com

1 LDB/1996; Convenção de Guatemala/1999; Plano Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva/2008.

deficiência e assegurando-lhe os mesmos direitos: “§ 2o A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais” (BRASIL, 2012). Cabe ressaltar alguns parágrafos que têm relação direta com a inserção dessas crianças no ensino regular:

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2o, terá direito a acompanhante especializado.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, conhecido como a Lei da Inclusão, de julho de 2015, resguarda os direitos da pessoa com deficiência e normatiza algumas situações que dizem respeito à sua escolarização. De acordo com o Estatuto, toda criança com deficiência deverá frequentar ensino regular, tendo direito a apoios que deverão ser oferecidos pela rede de serviços, conforme apregoa o capítulo IV a saber:

Do Direito à Educação

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.[...]

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento

acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;


VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas. (BRASIL, 2015, pp. 32-36)

Sendo a psicologia uma profissão que tem, entre suas premissas, o respeito aos direitos humanos, o respeito à diversidade e a preocupação em subsidiar e acompanhar políticas públicas que venham a colaborar com a qualidade de vida humana em sociedade, as ações dos diversos núcleos devem direcionar-se por tais princípios. Portanto, esse evento se propôs a unir o Núcleo da Pessoa com Deficiência (NPD) e o Núcleo de Educação e Medicalização (NEM) e mediar uma roda de conversa sobre a educação de pessoas com TEA e a interlocução dos psicólogos junto à rede de serviços e às famílias.

Sem a intenção de oferecer exemplos práticos padronizados, tampouco de reduzir a educação inclusiva à educação de pessoas com deficiência, e sem patologizar tal parcela da população, incentivando a medicalização e a judicialização, esse encontro possibilitou tensionar e refletir sobre o trabalho do psicólogo, dos educadores, e dos profissionais da rede de serviços, partindo de pontos de vista e demandas sociais. Assim, a mesa foi composta por psicólogos, pedagogos, familiares e pôde dialogar com uma plateia de profissionais, estudantes e familiares. Os objetivos foram alcançados, e a discussão, ampliada e contextualizada, abrindo espaço para tornar visível novas alternativas de intervenção viáveis, que melhorem a qualidade da escolarização e da vida das pessoas com TEA. Fica aqui o convite à leitura e à reflexão. 

Conversando sobre as perspectivas da educação inclusiva para pessoas com Transtorno do Espectro Autista

Maria Rozineti Gonçalves: Bom dia a todas e todos. Saúdo e agradeço, em nome da diretoria do Conselho Regional de Psicologia, ao público, às pessoas responsáveis pela coordenação e pela organização do evento, aos funcionários e aos intérpretes de Libras. Este evento é composto por dois núcleos temáticos: o Núcleo Educação e Medicalização, coordenado pela Psicóloga Lillian Suzuki, que também compõe nossa mesa, e o Núcleo Psicologia e Deficiência, coordenado pela Mirnamar, também aqui presente e a quem eu agradeço por me dar a honra de partilhar esta ação, motivada pela comemoração ao Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva. Inclusive, neste mês, produzimos uma nota que apresenta questões relacionadas à educação inclusiva, reafirmando a importância de que o Conselho esteja presente no campo de luta que compõe esse cenário. Produzimos alguns pequenos vídeos, que foram disponibilizados na página do Facebook do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, trazendo algumas experiências de atuação nesse contexto, e hoje finalizaremos o tema com este evento. Embora a perspectiva com que o Conselho atua e trabalha na educação inclusiva seja mais ampla, hoje optamos por abordar as questões relacionadas às pessoas com autismo. Aproveito para agradecer e saudar as pessoas que estão nos assistindo *online* e reforçar que estamos com o canal do CRP, webtv@crpsp.org.br, com a transmissão ao vivo, pelo www.crpsp.org.br/aovivo, e que quem nos assiste pode enviar seus comentários e suas contribuições pelo formulário do site, garantindo assim a participação a distância. Há também polos de transmissão nas sedes e, portanto, agradeço aos colegas e

funcionários que se dispuseram a organizar e mediar as conversas nos polos.

Para introduzir o assunto, eu proponho uma pergunta disparadora, que seria: Qual é a ética que rege o processo de nomeação da pessoa com autismo, transtorno do espectro autista, educação inclusiva? É relevante refletir sobre tais nomeações a partir de marcadores sociais, econômicos, de etnia, de gênero, dando destaque às questões que as permeiam, como: desigualdade, estigma, preconceito, padronização e exclusão. É disso que estamos falando. Também devemos nos perguntar, psicólogos e educadores e todos os presentes aqui, se oportunizamos às pessoas com autismo verdadeiras experiências de participação na vida cotidiana e nas escolas, considerando-as nos processos decisórios, inclusive, sobre si mesmas, ou se nossas premissas estão alicerçadas na lógica da tutela, da ortopedia e do adaptacionismo. Acho que já superamos alguns marcos para novos paradigmas, mas a gente percebe que em muitos momentos escorrega para eles também. Os marcadores normativos legais e políticos, a Lei Brasileira de Inclusão, convocam os profissionais da educação, da psicologia, a promoverem um giro linguístico, colocar a diversidade na interação, na comunicação e na cognição, em uma perspectiva discursiva e dialógica que nos possibilite passar a olhar o lugar do sujeito e a subjetividade que se constitui nessas interações. Recentemente, o MEC fez uma reunião convocando alguns grupos para rediscutir o Plano Nacional de Educação Especial, e houve algumas propostas que representam um retrocesso à educação inclusiva em nosso país.

Reafirmo, portanto, que o caminho que defendemos na psicologia, enquanto ciência e profissão, é o da dignidade intrínseca a que todas as pessoas têm direito. Acredito que esse debate de hoje, além de apontar barreiras, desafios da educação inclusiva, sobretudo apontará caminhos para a máxima expressão da vida digna em contexto inclusivo da pessoa com autismo. Passo a palavra para a psicóloga Lilian Suzuki.

Lilian Suzuki: Boa noite a todos que estão aqui presentes e também online nos vendo pelo CRP, webtv@crpsp.org.br, muito obrigado pela participação. Essa é uma das ações que fazem parte de um dos objetivos da gestão atual do CRP, e se trata da ampliação da inserção social da psicologia. É uma ação internúcleos, pois trata da educação e da pessoa com deficiência, e tem como marca principal a atuação intersetores. Recentemente, pelo Núcleo de Educação, organizamos um evento falando sobre o risco psíquico na infância e, entre nossas ações, estamos planejando nossa participação, no final de maio, na Conape, que é a Conferência Nacional Popular de Educação. Depois, em junho, participaremos na Conae, Conferência Nacional de Educação, à qual vamos levar discussões acerca da escola que queremos e da educação como um direito humano. O material que estamos produzindo a partir de nossas ações será apresentado no Congresso Nacional de Psicologia, totalizando quatro trabalhos. Falaremos sobre as demandas escolares na rede de assistência social e de saúde, que é um trabalho que vimos fazendo no formato de rodas de conversa em várias cidades. Vamos apresentar um trabalho sobre o Escola Sem Partido, vamos abordar a medicalização da vida e as implicações da psicologia escolar com tal tema e falaremos também sobre educação inclusiva. Resalto que, nas avaliações de reconhecimento de cursos e de autorizações de funcionamento de cursos, feitas pelo MEC, não tem nenhuma outra normativa que dê atenção específica a uma inclusão, mas lá tem uma normativa à qual a gente precisa atender para o reconhecimento de cursos: a que versa sobre o Transtorno do Espectro do Autismo.

Rozi: Obrigada, Lilian, passo então a palavra para a psicóloga Mirna.

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso: Bom dia a todas e a todos aqui presentes. É com muita satisfação que eu, enquanto repre-

sentante do Núcleo Psicologia e Deficiência, estou aqui participando desta abertura, participando do evento nesta ação internúcleos, porque efetivamente entendemos que a educação inclusiva, especialmente da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, está muito longe de ser, de fato, concretizada. Há muitas lutas a serem feitas, e o Núcleo Psicologia e Deficiência tem trabalhado com a educação nessa questão e em outras questões também. A nossa abrangência, enquanto núcleo, é mais ampla, não se limita à deficiência intelectual, à pessoa autista, mas também chega a outras deficiências. E o que temos visto é que a gente precisa refletir muito sobre este momento que estamos vivendo, um momento de muita indignação com tudo o que está acontecendo neste País, com o risco de termos retrocessos de conquistas na área da deficiência, sobretudo por não estarmos devidamente estruturados pra fazer esses enfrentamentos. Então, o Conselho Regional de Psicologia, esta gestão tem essa preocupação, de dar sua contribuição em tudo o que for possível para que os direitos das pessoas com deficiência, conforme preconizam a Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão e particularmente o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, sejam, de fato, instituídos. Temos muito a avançar. Ontem nós tivemos, inclusive, uma reunião aqui da comissão de fiscalização e ficamos impressionados quando vimos algumas coisas que estão acontecendo neste país que demonstram que precisamos caminhar mais em fiscalizações que fazemos. A gente observa que a pessoa com deficiência continua sendo tratada enclausuradamente, sem nenhuma assistência, não a assistência social, mas sem os recursos para os quais ela tem direito, né? Com serviços, com atenção integral. São pessoas que estão em muitas instituições por este Brasil afora, sendo colocadas, despejadas, isoladas, abandonadas. Então é isso que a gente tem que ver. A educação é um passo importante para mudar essa realidade. Importantíssimo. Tanto para nós, enquanto profissionais, quanto para as famílias e, principalmente, para aquelas pessoas que têm deficiência, que estão ali e muitas vezes não têm autonomia para poder dizer, falar sobre si. Então, é muito bom que a gente possa, neste momento, estar junto para discutir, para falar, para tirar dúvidas, e o Conselho Regional de Psicologia, que é um órgão que representa

a psicologia, que se preocupa com a qualificação desses profissionais, tem esse compromisso. A gente tem, sim, que fazer essa discussão, para que possamos fazer encaminhamentos e propostas que possam contribuir efetivamente. Então, eu convido a todos para o debate. Eu gostaria de perguntar, primeiro, quem são os psicólogos, as psicólogas que estão aqui presentes? Por favor, levantem a mão, só para a gente ter uma ideia. Tá bom. Estudantes? Que bom, muitos estudantes. Isso é ótimo, né? Isso é muito bom. Eu acho que temos aqui, nesta manhã, muito o que discutir, conversar, para, quem sabe, também transformar um pouco este país. Tá bom? Muito obrigada e qualquer coisa o Núcleo Psicologia e Deficiência está à disposição para quem quiser conhecer melhor o trabalho, para quem quiser contribuir, participar, porque nós estamos precisando, sim, de muitas mãos e muitas pernas pra podermos avançar juntos.

Rozi: Obrigada, Mirna. Eu finalizo esta mesa dizendo que realmente é um prazer ter nossa casa cheia, e aproveito para convidá-los para a assembleia do dia 11, que fará prestação de contas aos psicólogos sobre todo o trabalho político e financeiro da atual gestão. Estão todos convidados também para acompanhar a programação de nossa agenda. Vamos agora desfazer esta mesa e eu vou convidar a psicóloga Valéria Braunstein, que está responsável por fazer a mediação da próxima mesa.

Valéria: Bom dia, todos e todas. Estou muito feliz de estar aqui e em ver esse auditório lotado, denotando importância e interesse sobre esse assunto tão caro à psicologia e aos profissionais que, como eu, têm uma vivência com pessoas com sofrimento psíquico intenso. No meu caso, por exemplo, eu tenho tido a honra de trabalhar com essas pessoas e seus familiares, como psicóloga, e com os educadores envolvidos em seu processo de escolarização desde 1984, portanto há aproximadamente trinta e poucos anos. Quando eu comecei a trabalhar com essa população, essas crianças eram invisíveis, e encontravam-se enclausuradas em instituições fechadas onde ninguém conseguia ter contato com elas, ninguém conversava com elas, algumas fechadas em suas casas sem pode passear, porque as pessoas na rua ficavam olhando de um modo muito diferente e assustador. No entanto, ainda convivemos com afirmações de que os autistas é que têm dificuldades de relacionamento, interação e socializa-

ção, mas quem evitava contato com os mesmos eram geralmente as pessoas sem deficiência, aliás, isso ainda ocorre. Mas é perceptível que, a partir do momento em que essas pessoas começaram a circular nas ruas e nas escolas, a população não autista começou a enxergá-las, e, como a escola é um direito humano, conforme as pessoas com autismo começaram a frequentá-la, passaram também a serem vistas como humanos. Pode ser rude essa afirmação, mas antes disso elas não eram reconhecidas como tal, então vale a reflexão: como pode uma sociedade como a nossa excluir do convívio cotidiano pessoas que se comunicam de um jeito diferente do que a maioria acha que é certo, do que é habitual?

Quando afirmamos que “autista não vincula”, devemos também pensar e observar como nós nos vinculamos a eles e se permitimos esse vínculo. Persevera o diagnóstico baseado na tríade comunicação, interação e sociabilidade, sem incluir o outro nesse modo de relação, sem considerar que um problema de comunicação ocorre minimamente entre duas pessoas. Idem para a interação, ou seja, se alguém tem dificuldades de interação, também quem está interagindo com ele de um modo agradável ao ponto de vincular e de que ele se sinta acolhido e respeitado. Se a questão é a sociabilidade, vale refletir se a nossa sociedade está oferecendo oportunidades de relações potentes e iguais pra todos, inclusive para os autistas. Pretendemos responder às indagações propostas pela Rozi e refletir sobre a nomeação e o diagnóstico e também sobre a escolarização dessas pessoas.

Os diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista têm aumentado absurdamente, portanto lanço mais algumas questões para a discussão aqui: será que os educadores precisam perguntar para os médicos como fazer para ensinar seu aluno autista a ler e escrever?

Alguns docentes argumentam não estarem preparados, mas, pensando bem, ninguém está preparado para ter filho, ninguém está preparado para ter sobrinho, neto, na realidade, ninguém está preparado para começar uma nova relação, porque as novas relações incluem minimamente você e o outro, então é sempre uma relação com o desconhecido. Acredito que precisamos aprender a nos relacionarmos com a diversidade, e afirmo isso porque, nesses trinta e poucos

anos de trabalho, eu nunca conheci um autista igual ao outro, todo autista para mim é uma nova descoberta, aliás, toda pessoa para mim é uma nova descoberta. Então, convido à mesa a psicóloga Paula Ayub, que é terapeuta familiar pela PUC, diretora do Centro de Convivência Movimento, que é um local voltado para o atendimento de pessoas com autismo, e é assessora escolar. Convido também Andrea dos Santos de Jesus, que é graduada em pedagogia pela Faculdade de Educação da Unicamp, professora das séries iniciais; atua com as questões de educação inclusiva há mais de 20 anos, na formação de professores, realizando coordenação de processos formativos para professores das redes públicas no ensino fundamental, discutindo e propondo práticas pedagógicas inclusivas e fazendo formação de professores do Atendimento Educacional Especializado; atualmente está na Prefeitura Municipal de Franco da Rocha, como assessora técnica, sendo responsável pela implementação dos projetos educativos Mais Educação, Atendimento Educacional Especializado e Foco. Temos também a Andrea Souza Pontes Natal, que é formada em comunicação social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pós-graduação em marketing e em educação a distância, tem experiência de mais de 20 anos na área de comunicação empresarial e é mãe de um menino autista, e ela veio nos contar sobre a prática, sobre a vida dela.

Paula Ayub: Bom dia. Primeiramente, obviamente, quero agradecer ao CRP pelo espaço, pela possibilidade de discutir um assunto tão importante, tão rico. Ao CRP, meu eterno agradecimento ao longo desses trinta e tantos anos em que a gente, quando esbarra em questões éticas e precisa de um colo, tem aqui. O CRP nos ajuda a pensar e repensar, é imediato o atendimento e é maravilhoso. Então sempre sou muito grata a essa casa. Quero agradecer aos tradutores. É sempre emocionante ter acessibilidade até a sua última instância, agradeço muito pois sinto-me honrada em ter minhas palavras traduzidas. Muito obrigada. Trouxe alguns disparadores para o início da nossa conversa, mas antes de entrar propriamente naquilo que eu preparei, eu queria falar sobre essa nomeação. Acredito que nós, psicólogos, precisamos evoluir, sair do lugar; por exemplo, na semana passada, uma mãe me trouxe um diagnóstico, neuropsicodagnóstico feito por uma psicóloga que aplicou o HTP em uma criança de 12 anos que não pega

o lápis, e também aplicou um outro instrumento que é para até oito anos de idade. Eu só posso pensar que a profissional estava com um preconceito... com pré-conceito, pois usou um tempo precioso aplicando um teste abaixo da faixa etária do paciente, porque provavelmente acreditava, antes de testar, que ela não conseguiria, portanto tinha uma ideia pré-formada sobre aquela pessoa. E se eu, psicóloga, dou um teste gráfico pra uma pessoa que tem um problema motor e não pega no lápis, eu também estou supondo que ela é incapaz. A provocação é: é isso que nós vamos continuar fazendo? Penso então que temos dois caminhos: o da ética e o de ficar rico. Vamos pensar direitinho.

Atualmente vejo um abandono, abandonados no recreio, abandonados nas bibliotecas, abandonados nas salas de aula. A comunicação da pessoa com autismo é uma questão a ser olhada de um outro lugar, do nosso, ou seja, o que ele está me comunicando que eu não estou entendendo? Asperger discordava que as crianças que descreveu fossem as mesmas que Kanner descreveu, então, quando colocamos em um espectro, será que estamos falando das mesmas pessoas? Como disse a Valéria, durante esses anos todos de atendimento clínico – o meu é clínico especificamente –, eu nunca vi dois autistas iguais.

No meu trabalho eu vou muito às escolas e trabalho nos contextos, pois acho que para eu entender o que que aquela pessoa está dizendo, se eu não entendo o tipo de linguagem que ela tem, eu preciso conhecer mais, então vou dentro dos contextos dela, na casa, na escola, se possível, nas terapias, onde eu puder, eu vou para conhecer. Tenho tido resultado quando contextualizo e significo o repertório das pessoas com autismo. Se ele vive num mundo restrito, se ele vive num mundo de repetição e se fico garantindo essa repetição com a justificativa de que ele ficará bem, eu só estou oferecendo mais do mesmo e subliminarmente afirmando que ele não pode conhecer outras coisas. Então tem que ofertar um repertório, tem que fracionar a informação, eu tenho que contextualizar e eu tenho que significar. Eu parto do princípio de que é impossível não se comunicar e parto do princípio de que, às vezes, eu preciso dizer: "Não estou entendendo o que você está dizendo". Não é porque eu sou falante que eu sou "dona" da comunicação, que só eu sei me comunicar.

Por exemplo: em uma aula de história, estudamos que o Cabral encontra e descobre o Brasil. Podemos então pensar: Como contar isso para uma pessoa que não sabe o que é Brasil, que não sabe o que é descobrir, que não sabe sequer quem é Cabral?

Valéria: Autista ou não autista.

Paula: Autista ou não autista, né? Como é que se conta essas coisas? O que são caravelas. Então, pressuponho que eu, profissional, tenho que começar antes, eu peço o material e o planejamento em janeiro para as escolas, eu peço o anual para ter uma ideia daquilo que a gente vai precisar; para trabalhar e construir um repertório tem que dar significado para tudo aquilo para que depois possa contextualizar. Nessa situação: o que são caravelas, quem é o Cabral, onde fica Portugal, o que é Portugal e quando isso aconteceu. Usando símbolos, em cartelas, Portugal é a bandeira de Portugal, o Brasil é a bandeira do Brasil e aí você vai repetindo. Isso é só um exemplo de uma das formas, uma das possibilidades de a gente fazer esse trabalho. Na escolarização, você tem as pessoas que não precisam de apoio e você tem as pessoas que precisam de apoio. As pessoas que não precisam de apoio talvez precisem de adaptação curricular. Esse processo é construído em conversas cotidianas e planejadas com professoras, coordenadoras. “Bom, esse ano vai ter tal coisa, tal coisa. Será que vai precisar fazer uma adaptação curricular? Não sei, vamos olhar, vamos esperar, vamos ver como vai.” Às vezes basta o professor mudar a dinâmica da sala de aula, oferecendo essas contextualizações. Eu fico dizendo que a entrada da pessoa com autismo na escola vai fazer a escola mudar, acho que é o nosso gancho de fazer uma escola de qualidade agora. Porque, embora eu esteja lá para defender e falar da pessoa com autismo, eu falo da educação de um modo geral, a gente precisa ir em frente. E para aquele que está sem apoio, que fica lá no canto sozinho, não sai pro recreio, ou se sai pro recreio fica andando e se balançando e todo mundo passa e as coisas acontecem, eu faço um Apoio Social que é a construção de uma rede dentro da escola, de jovens que vão oferecer suporte para essas pessoas.

A gente também tem que cuidar do cuidador, do educador e dos alunos. Aí é que eu entro com a questão do início da formação da rede solidária. A gente precisa fazer esse trabalho e dar

um recadinho, aquele, de que não é porque um aluno autista não precisa de apoio que significa que ele poderá traçar seu próprio caminho, que ele fique lá: “Ah, mas ele não gosta de conversar, então deixa, ele tá bem”; “Ah, mas ele prefere ficar na biblioteca”; “Ah, então tá”; “Vamos respeitar”. A gente tem crimes com a desculpa do “vamos respeitar”. E os crimes acontecem. Em relação à adaptação curricular, esta tem que ser personalizada, não adianta copiar da internet o modelinho da primeira série, da segunda série e colocar para o aluno de quinta série e dizer que eu estou fazendo adaptação curricular. Não funciona dessa forma. Como é que eu faço ele aprender esse conteúdo da forma que é possível para ele aprender? Esse é o grande desafio. Então, eu tenho que cuidar da linguagem, eu tenho que cuidar dos registros e eu tenho que cuidar do conteúdo, certo? Quero contar uma coisinha super-rápida, da questão dos registros em sala de aula. Essa menina mesmo, que foi fazer o HTP, ela obviamente não segura o lápis, não escreve, mas ela lê. É possível, por exemplo usar um rotulador, pois ele imprime imediatamente, então você escreve e põe pra imprimir, então sai uma tira com a palavra que você escreveu. Isso para a sala de aula é fantástico, porque você pode escrever uma frase inteira ali nesse rotulador, imprime e cola naquele registro. É possível dar conta de algumas trocas, de algumas omissões etc. Quem poderia imaginar que um rotulador resolveria tantas questões? Então a cabeça da gente tem que estar o tempo todo funcionando no “o que serve pra essa pessoa?”, “o que vai ajudar essa pessoa?”

Eu comecei com a Rede Solidária, que é contar com os alunos em sala de aula que são um pouco mais velhos, é contar com os alunos do ensino médio, é contar com a própria escola, e dividir: como é que a gente conversa sobre isso, como é que a gente faz? Um dos trabalhos é identificar o potencial de cada um deles dentro de sala de aula. Eu fiz isso em quatro colégios, eu tinha de 10 a 15 minutos por semana nas aulas lá de OE, de Orientação Educacional, então eu falava de inclusão. A assessora de língua portuguesa chegou e falou assim: “O que acontece na unidade tal e na unidade tal, que esses alunos atingiram a metalinguagem? Eles estão com uma interpretação maravilhosa, eles estão com um rendimento fantástico, a escrita deles melhorou e a unidade tal...”; então, o que é bom para a inclusão é bom para todo mun-

do. Isso precisa ficar muito claro, todo mundo cresce, todo mundo ganha. Eu tinha milhões de coisas mais para falar para vocês, mas é um recorte, é um pouquinho. Eu vou deixar os meus contatos, estou à disposição para escrever, para tirar dúvidas, para contar mais histórias. Muito obrigada.

Valéria Braunstein: Muito obrigada, Paula. Sei que você teria muito mais para dizer também. Essa possibilidade de intervenção na escola, eu acho que é fundamental que a gente possa ter. Também desenvolvo, lá no Núcleo Mosaicos, um trabalho na escola, em que fazemos observação na sala de aula reconhecendo e entendendo a rotina dessas crianças e do professor, e isso ajuda demais. Isso é feito algumas vezes por semana, dependendo da época, não é constante, dependendo da demanda da família e da demanda da escola. O objetivo é observar a metodologia, a relação com a criança e entre as crianças, e depois nos encontramos com pais – e com a escola – para poder repensar o trabalho com essa criança, porque, de fato, ele é um trabalho individualizado. E aí nós trouxemos a Andrea, que vai falar um pouquinho da vida dela, do Giği e do Renato, enfim, de como tem sido essa questão.

Andrea Souza Pontes Natal: Bom dia, gente. Eu não fiz apresentação, porque eu vou dar um depoimento. Assim, eu não tenho a menor pretensão, e não tenho nada da capacidade técnica delas, então vocês vão ouvir uma mãe, tá? Hoje, eu não vim como profissional, vim como mãe. E também uma coisa, eu até falei pra Valéria: os exemplos positivos, eu vou fazer questão de dar nome, mas dos negativos, eu não vou dizer, mesmo que depois vocês venham me procurar, porque eu acho que não vale a pena a gente propagar o que não é legal. Eu dividi em três partes o meu depoimento. O primeiro é a fase do diagnóstico.

A gente nunca imagina que pode ter um filho autista. Primeiro porque isso não aparece, isso não aparece na gestação, isso não aparece no ultrassom, isso não aparece em nada. E aí seu bebê nasce saudável, bonitinho, com todos os dedinhos e tal; e aí ele começa a ir para a creche, você vai trabalhar e aí de repente: “Nossa, ele é agitado”; “Nossa, ele tem uma coordenação motora incrível”; “Nossa, nossa”. Aí você: “Nossa!”. Aí daqui a pouco... “Nossa, a gente chama o Giovanni e ele não atende”; “Nossa, o Giovanni fica num canto fazendo uns movimen-

tos repetitivos”. E os pediatras, por mais boa vontade que eles tenham, também não têm uma formação específica, e dizem: “Ah, mas está na curva, uns falam cedo, outros falam tarde e tal”. E aí você começa um grande caminho de diagnóstico. E se você for fazer um recorte para o Brasil, eu me considero privilegiada, porque eu estou em São Paulo – apesar de ter nascido no Rio –, eu estou em São Paulo, eu convivo com outras mães, a gente troca ideias por grupos.

Gente, vocês não têm noção do que é a falta de informação, do que é a falta de profissional, do quanto é confuso para uma mãe e para um pai. E em São Paulo também, gente, porque assim, são N correntes, são N profissionais e são N bolsos, entenderam? Porque não tem uma política definida. Então, uma pediatra teve sensibilidade e nos indicou para uma fonoaudióloga, o nome dela é Cida Bessa. E ela teve uma delicadeza, porque ela tinha uma experiência de anos, ela, com certeza, bateu o olho e percebeu, mas não disse nada efetivamente, no entanto ela foi nos guiando: “Olha, não vamos rotular de nada, ele está com dificuldade de fala, deixa eu observar”. Aí, depois de algumas sessões, ela falou assim: “Olha, acho que você devia procurar um neuropediatra”, falei “Tá bom”. E aí você fica completamente no escuro, porque você não sabe o que o seu filho tem. Você só sabe que ele está agitado, que ele corre para lá e para cá, que ele não ouve o que você está falando, e não tem isso no livro, não tem isso no manual. Então, aí a gente levou para o neuropediatra, e aí começam os maus exemplos.

Gente, não é que todo profissional renomado foi ruim na minha vida, mas todos foram, viu? Então, os renomados e tal, “olha, esse cara aqui é fera, famoso, ‘nanana’” vai lá. Eu entrei com o Giovanni, ele tinha uns dois aninhos, eu entrei no consultório dele, e eu juro para vocês, gente, ele nem me olhou, ele falou assim: “Ele é autista mesmo, eu só preciso dos exames dele pra saber que grau ele tem”. Foi assim que eu descobri que o meu filho podia ser autista. E aí, gente... Eu amo meu filho, gente, porque olha, de repente, ele estava falando isso para mim e voou um brinquedo ((risos)). Depois que eu fui entender, eu falei “valeu, Giovanni” ((risos)). E aí eu saí e fui procurar o que ele me recomendou. “Então, você vai fazer um exame no cérebro, você vai fazer um teste para saber se ele é surdo, e você vai fazer uma avaliação neuropsicológica.” Lá fomos nós. Isso porque antes, meu

pai era vivo ainda, ele falou assim: “Esse menino tem alguma coisa especial, porque ele sobe em tudo, porque ele pega na mamadeira sozinho, não sei o quê”, e resolveu levar ele num neuropediatra famosíssimo lá no Rio de Janeiro. E aí ele disse assim: “Eu não sei se seu filho é autista ou não, não sei definir. Então vamos fazer por descarte”. E aí eu aprendi, pelo menos foi assim comigo, que foi um diagnóstico por descarte.

Aí você leva o seu filho no hospital, vê ele ser sedado, é tão bonito, aí os médicos falam assim: “Agora pode sair”; seu filho sedado, aí você chora, né? “Ah, não é surdo.” Aí você começa a torcer, não sei se eu quero torcer para ele ser surdo, eu não sei se eu quero torcer para descobrir o que ele tem. Aí depois ele foi para uma avaliação para um teste cerebral, falaram assim: “Olha, tudo o que a gente pode dizer é que os neurônios... tem uma nuvem aqui, então isso quer dizer que é por isso que ele não fala”. Tá bom. Aí nós fomos para a avaliação neuropsicológica, que foi com a doutora Rosa, ela fica ali na Alameda Franca. Ela fez uma entrevista comigo e com o meu marido, depois observou o Giovanni, depois ela foi na escola. E aí ela voltou para a gente e falou assim: “Olha, eu não posso dar o diagnóstico”, mas ela desenhou tudo, né? E ali foi o meu luto, eu saí aos prantos dali. Mas ela me falou duas coisas... ela me falou uma coisa que me marcou muito. Ela falou assim: “Eu sei que é muito difícil, os pais de autistas às vezes não sabem para onde os seus filhos vão, assim como os pais dos não autistas. Mas uma coisa você pode ter certeza, que os outros pais não têm certeza, mas você vai poder ter: o seu filho não veio para fazer mal para ninguém”. Aí você sai aos prantos.

Eu passei uns três meses em luto, eu tinha até a minha hora de chorar, que era a hora que eu saía para trabalhar, eu chorava até o ponto de ônibus; aí, pronto, eu ia trabalhar. E a gente continuou fazendo o trabalho de fonoaudiologia. E aí você entra em um universo em que se sente assim, “para que caminho eu vou?”. Então você começa a procurar na internet, você começa a participar de grupos, você ouve um monte de coisas, você não tem a menor ideia do que você vai fazer. “Ah, faz equoterapia”; “Ah, mas a equoterapia você tem que doar um rim, não vai dar para matricular”; “Ah, não dá glúten porque cura, o autismo cura se você não der glúten”; “Ah, não dá vacina, não dá vacina, porque...”. Aí você pensa, “meu Deus do céu, que caminho eu vou fazer,

gente?”. E aí você começa a procurar quais são as referências, eu comecei a ler livros e tal.

Aí vamos para as escolas renomadas. Eu fui visitar uma escola que era para crianças especiais, e eu lembro que eu fui com meus pais. Eu olhei aquilo, e aí a minha mãe falou assim: “Isso aqui não é lugar pro Giovanni”; e eu falei “Não, não é”. Vamos procurar mais. E nisso ele lá na creche, e a creche perdida; “ah, mas ele é tão bonzinho”, “ah, mas fica no cantinho”. E aí você pensa, “meu Deus, o que eu vou fazer, o que que eu vou fazer, o que que eu vou fazer?”. E ele fazendo fonoaudiologia. Aí liguei para as escolas renomadas: “Ai, mãe, sabe o que é? A gente não está preparado para receber o seu filho”. Você sabe que é contra lei a pessoa falar isso para você, mas você como pai pensa “ok, eu vou lá, vou processar o cara, ele vai ser obrigado a escolher meu filho, aí depois ele vai ficar com um X nas costas, tá vendo, aquela é a criança que a mãe, aquela barraqueira, processou a escola...”. Você não vai, você não compra a briga. Escolas renomadas, gente! Eu não estou falando de escolinha sem nome não, e sim de escolas bem renomadas. E aí você volta pro “e agora, o que é que eu vou fazer, o que que eu vou fazer?”. A gente se sente muito perdido, porque a gente não é formado, não tem técnica, a gente só é pai. Mas aí você começa a ver o que é bom para ele. Instintivamente, não tecnicamente.

E aí, um dia, uma amiga do trabalho falou assim: “Olha, eu estou levando uma filha num núcleo, que ela está fazendo uma terapia, e eu vi lá que eles trabalham com autistas”; eu falei: “É perto da minha casa, eu vou lá”. E foi aí que eu conheci a Valéria, foi assim, tiro no escuro total. Ela falou: “Não, pode deixar, eu vou fazer uma sessão”. Aí depois ela indicou a gente para o Instituto de Psicologia. Aí o Instituto de Psicologia falou: “Olha, vocês fizeram tudo o que vocês tinham que fazer, vocês tão no caminho certo, mas agora não tem mais o que fazer...”.

Nesse meio tempo, a gente também foi no neuropediatra, não naquele primeiro, mas fomos em uma outra, e aí ela falou: “Olha, ele é autista, ele é o típico, então você volta aqui daqui a uns três meses, que aí se ele ficar agressivo a gente medica”. Eu virei para meu marido e falei: “Bom, já sabe que a gente não vai voltar aqui, né?”, por que o que vai me adiantar? Nada. Então, assim, eu nunca tive boas experiências com neuropediatra, nada contra, mas sempre

para mim foram exemplos de zero humanização. Eu recebi o diagnóstico assim: "Ah, ele é autista mesmo, agora...". Você toma aquele chute no fígado e fica assim, sem chão, sabe? A minha experiência nunca foi boa, deve ter ótimas, mas as que eu tive não foram boas.

E aí eu fui para o Núcleo Mosaicos. E aí foi um papo de louco, porque o Giovani tinha dois anos e meio, e ele só corria! Levar ao shopping, jamais, porque a gente ficava com medo de perder a criança. Aí a Valéria chegou, e ele corria, corria, corria, e eu falei: "Tá, Valéria, então, o que a gente vai começar a fazer?"; e ela respondeu: "A gente vai deixá-lo correr". Aí eu olhei pra ela, que falou: "Porque, olha, essa é a forma como ele está descobrindo o mundo, então nós vamos deixar ele correr". Eu falei: "Então tá bom, então ele vai vir pra cá para correr, tá bom". Porque aí ele ia parar de correr, pensei. O pessoal perdia bastante peso com ele, quando ele vinha, correndo atrás dele. Eu falei: "Vamos lá, quero ver até onde isso vai dar". E aí começou um trabalho.

Então, foi muito uma relação de boa vontade e confiança, sabe? E aí foi feito o trabalho com a creche, aí veio a coisa de matricular ele numa escola, porque a gente viu que ele tinha que ir pra uma escola regular. Mas todo autista tem que ir para uma escola regular? Não necessariamente, cada caso é um caso. Aí fomos procurar uma escola. Aí fui bater em uma escola renomada perto de casa e a escola: "Não, olha, aqui a gente tem auxiliar, aqui a gente tem dois especiais por turma", e eu pensei "sensacional!". Eu falei até para a Valéria que era sensacional. Aí, quando eu fui matricular... "Sabe o que é, mãe, é que estourou a cota da turma dele, a gente não vai poder aceitá-lo." E faltava uma semana para começar o ano letivo. Aí eu virei para a escola e falei: "Sabe qual é o problema? Eu podia processar vocês, mas eu é que não quero o meu filho estudando aqui, desculpa". Aí eu atravessei a rua, fui para o colégio Superativo, lá no Campo Limpo, que foi o colégio que quando a gente bateu, eles falaram: "Olha, a gente inclui, numa boa, mas assim, a gente não tem experiência com autista". Aí eu voltei lá e falei: "Olha, eu sei que vocês não têm experiência com autista, mas se a gente trouxer a estrutura pra cá, vocês topam?"; "A gente topa". E foi aí que o Giovani começou no Superativo. Não tinha técnica, mas tinha boa vontade.

Aí a Valéria foi lá, deu uma palestra para eles, tirando dúvidas, não só sobre autismo,

mas síndrome de Down, tudo, e a gente começou a fazer um trabalho. A Juliana às vezes vai lá, às vezes eu vou lá, participo de reunião e tudo mais. E o que a gente avalia? Que a gente não pode apedrejar. "Aí, o professor, aí, o médico". Gente, está todo mundo no mesmo barco. Tem profissional ruim? Tem, mas está todo mundo no mesmo barco, então não é criticando o outro que você vai conseguir resolver. Pelo contrário. Ter boa vontade, para mim, é o que basta, de verdade. "Olha, eu não sei, mas eu tenho boa vontade", para mim, já me conquistou. Então a gente foi dando estrutura.

E tem professor que não sabe lidar, mas vamos combinar, não tem isso na formação deles. Então, como é que eu vou sair apedrejando o professor? Eu sei, porque eu faço parte de grupo de mães, que tem umas mães mais xiitas: "Ah, porque o professor tal... porque eu fiz um barraco na escola". Mas não é assim. Acho que eu fiz uns três barracos na vida, de verdade, por causa do Giovani. Mas eu tento muito entender o outro lado. É difícil, o cara está com uma turma, ele tem meta, ele tem uma metodologia e tem uma criança autista no meio da turma. Não é fácil. E aí, com essa boa vontade, alguns professores foram mais resistentes, outros eu via que tinham medo mesmo, é medo do desafio. E é um desafio, você tem uma expectativa da família, uma expectativa da escola, então a gente tem que entender esse profissional.

Por outro lado, tinha umas também, que o Giovani, que não é bobo, nem nada, manipulava legal. Então era: "Não, tadinho, eu abro para ele a merenda"; e eu: "Não, não é para abrir, porque ele já sabe abrir". "Ah, mas ele é tão fofinho, tão..."; e eu: "Ele está te manipulando, deixa o moleque abrir a merenda!". Então às vezes tem o excesso de carinho também, entendeu? Você tem que saber lidar. E foi assim, com erros e acertos, teve anos que foram mais difíceis, outros anos que foram mais fáceis, e a gente ainda vai ter novos desafios.

Meu filho está com 10 anos, vai entrar na adolescência e eu não tenho a menor ideia, será um tiro no escuro. Vai ter que mudar de escola, vai ser outro desafio. Mas se eu tenho uma coisa para dizer é sobre o que eu aprendi: que nem todo profissional de renome é o caminho, os caminhos são múltiplos. E não adianta, eu decidi não pirar, então eu leio, vejo, mas avalio: é bom para o Giovani? Se não é... ah, foi legal

conhecer. Se não eu vou pirar, porque são 55 mil correntes, 450 mil teses... não dá, é muito para o pai. E aí o que eu queria dividir com vocês também é que eu sou 1% desses pais que têm, graças a Deus, possibilidade, a gente se mata, se esfalfa, não tem dinheiro, mas a gente se dana para poder oferecer o melhor pra ele, mas tem muitos pais que não têm. Então eu faço alguns trabalhos voluntários e um dia eu fui num abrigo e tinha um menino com Down e autismo. E antes de eu apedrejar a mãe, eu fiquei pensando: “Imagina uma mãe, em uma linha de pobreza, sem informação, sem acesso, o que ela faz com uma criança com autismo e Down?”. E aí, durante os anos, a gente foi vendo que o abrigo acolheu ele. Também, de novo, não tinha técnica, mas tinha boa vontade. Acolchoaram o quarto do menino, foram atrás de parceria, ele nadava, fazia equoterapia, tudo pela Prefeitura. E aí cortou muito o coração quando ele fez 18 anos, porque a gente sabia que ele ia para uma clínica, porque não tinha para onde ir. E tem muito caso assim.

Então, o que eu penso é eu fiquei perdida e eu fui buscar, mas imagina o monte de mãe que já tem que conviver com uma série de coisas, de pobreza, falta de emprego, falta de uma série de coisas, não tem informação e fica perdida. Fica perdida nos centros de atendimento, fica perdida nos hospitais, fica perdida nas escolas, fica sem voz para brigar. Então eu acho que a gente tem um caminho enorme, enorme. O Giovanni é uma gota no oceano, ele tem muito caminho pela frente, não sei dizer o quanto vai evoluir, o quanto não vai evoluir, a gente não sabe... Como a Valéria fala, “diagnóstico se escreve a lápis”. Mas, assim, tem um caminho enorme neste Brasil. E tem muita gente precisando. E quando sai do eixo Rio-São Paulo então, o negócio é triste. Triste. Não tem terapeuta ocupacional, não tem profissional, não tem formação, não tem política de escola, não tem nada. Então esta é a minha mensagem: tem muito para se fazer e eu acho que a palavra é boa vontade. Tem boa vontade, tem caminho.

Valéria: Muito obrigada, Andrea, muito obrigada. É bom poder ouvir você sempre. Essa frase dos “diagnósticos se escreve a lápis”, já fazendo a propaganda, é de um livro da Gisela. É o título do livro, muito sugestivo, não? Quando eu vi, liguei para a Andrea e falei: “Olha que legal isso, diagnóstico de criança se escreve a lápis”. Gente, por favor, nada de ficar rotulando

as crianças... Eu acho que nessa questão da nomeação existe um marco, que é a alfabetização e não alfabetização na escola, para todas as crianças, se está alfabetizada ou não. Então, em caso negativo, será que é disléxica? Será que é TDA? Será que é isso, aquilo, que é deficiente?

Quando uma pessoa se alfabetiza, ela tem um outro selo, ela passa a ocupar um lugar social diferente. Mas eu acho que um grande marco pro Gigi, além de correr muito – hoje em dia ele não corre mais tanto ((risos)) –, foi quando ele percebeu que as pessoas estavam correndo atrás dele, porque ele parava e olhava para trás esperando. Então a brincadeira começou a ser compartilhada e a interação passou a acontecer de fato. O segundo grande marco foi quando ele iniciou sua alfabetização, discutir as ações em conjunto, mãe, professor, psicólogo – “Olha, já está na hora”; “Mas será que ele vai?”; “Vai, nós vamos todos juntos”. E aí, um pouquinho depois, ele já estava lendo, isso é muito bacana e ele passou a ter um outro lugar, ocupar um outro lugar na escola e no mundo, ele passou de fato a ocupar um lugar de estudante, e as pessoas passaram a enxergá-lo também de um outro modo. Isso é muito bom. Muito obrigada, Andrea.

Estão chegando algumas questões e, depois da fala da Andrea, vamos lê-las.

Andrea dos Santos de Jesus: Bom dia a todos e todas. Fiquei aqui muito emocionada, e quero, então, falar desse lugar de professora e, antes de mais nada, convocar aqui, os meus amigos professores – tem um bom número aqui – para falar da importância do nosso papel e da importância do nosso papel neste momento histórico em que nós vivemos. Eu brinco que desde pequena eu simulo a docência, desde pequena eu brinco de ser professora, porque sou filha de uma mãe que era professora leiga, e foi com a minha mãe que eu aprendi, de certa forma, quem sabe um tanto daquilo que eu tento fazer hoje. Eu vou começar esta apresentação – e por isso eu vou precisar de ajuda no tempo – lendo um livro aqui de literatura infantil, fazendo alguns apontamentos a partir da história de uma criança com sofrimento psíquico – eu gosto do termo, que me constituiu de uma forma muito importante, especialmente no início dos anos 2000, quando eu trabalhava na Prefeitura de São Bernardo, no Centro de Apoio, que foi onde eu tive o meu contato mais próximo com as crianças com deficiência – e ali eu fiquei durante sete anos.

Então, eu vou contar para vocês *A História do Ernesto*, que é um livro da Companhia das Letrinhas, da Blandina Franco e do José Carlos Lollo. “Dizem que Ernesto é muito calado, que ele tem a língua enrolada e não sabe falar direito com as pessoas. Dizem que Ernesto é feio, que ele tem a cara torta e dá medo nas pessoas. Dizem que Ernesto é diferente, que ele usa roupas muito mais velhas do que as outras pessoas. Dizem que Ernesto é burro, que ele não entende o que pensam as outras pessoas. Dizem que Ernesto é bobo, que ele não sabe como agradar as outras pessoas. Dizem que Ernesto é esquisito, que ele não se encaixa entre as outras pessoas. Dizem que Ernesto é egoísta, que ele não liga para as outras pessoas. Todo mundo diz alguma coisa sobre o Ernesto e ele vive muito, muito sozinho e muito, muito, muito triste. Fim. Não gostou do final da história? Mas, algumas vezes, é assim que as histórias acabam. Tem gente que pensa que, quando acaba assim, não é culpa de ninguém. Tem gente que prefere nem ficar sabendo deste final, porque é muito triste. Tem gente que nem perceber que a tristeza não está no final da história, mas na história inteira do Ernesto. E você? Você tem alguma coisa a dizer para o Ernesto?”

Bom, vou contar a história de um Ernesto. Quando eu comecei a trabalhar, apesar de ser formada pela Universidade Estadual de Campinas e ser professora habilitada na época em deficiência mental, uma coisa que nem existe mais, eu corria das pessoas com deficiência. Eu, na verdade, fui por esse caminho porque eu tinha um interesse pelas questões que envolvem a diferença e desse lugar que eu sempre ocupei também na universidade pública – isso no início, na década de 1990, quando quem sabe eu era uma das poucas alunas pretas do curso vespertino de pedagogia da Unicamp. Então, a minha procura pela diferença, quem sabe venha pelo lugar que eu ocupava naquele momento, que também parecia não me caber bem. E como é que a gente vai tentando construir esse lugar dentro da gente? Porque não necessariamente nós chegamos a um determinado lugar sabendo como é que a gente se comporta, como é que a gente estuda, como é que a gente se organiza.

Eu fiquei em Campinas quase 10 anos, e quando eu queria voltar para São Paulo, era efetiva lá na Prefeitura de Campinas, de Paulínia, e eu precisava de um emprego, então uma amiga falou assim: “Vai ter concurso na Prefei-

tura de São Bernardo”. Eu falei: “Ah, para o ensino fundamental?”; e ela respondeu: “Não, não, é pra educação especial”. E eu: “Para a educação especial eu não quero ir, eu quero ir para o ensino fundamental”. Aí ela me disse: “Você está procurando emprego ou você tem outros planos?”; e eu respondi: “Não, eu estou sim procurando emprego”. E ela falou: “Então, acho que é melhor você prestar o concurso” ((risos)). E eu fui uma pessoa obediente, prestei o concurso, passei e comecei.

Bom, e foi aí nesse lugar que eu encontrei um menino. Eu vou contar só três trechos desse meu encontro, para a gente entender um pouco como é que a gente vai se constituindo professora nessas relações e nas relações com as pessoas. Quando esse menino chegou no Centro de Apoio, tinha uma equipe técnica – e eu também tenho que dizer isso, que no meu percurso, eu também tive, quem sabe, o privilégio de trabalhar com muita gente bacana, pessoas que em um determinado momento estão dispostos a pôr em xeque o que está instituído. Então, as pessoas que trabalhavam comigo, estavam muito incomodadas com a forma como as crianças eram avaliadas, com os instrumentos utilizados para tal, e então caminhávamos buscando outras formas. Num desses momentos, eu encontrei esse menino e comecei os encontros com ele, uma vez por semana, porque ele não ia à unidade escolar. E no Centro de Apoio, nessa época, as crianças não eram matriculadas diretamente na escola, elas eram matriculadas no Centro de Apoio e era o Centro de Apoio que decidia se as crianças poderiam ou não usufruir do ensino fundamental. Vejam bem, isso foi em 2000, nós estamos em 2018. Mesmo com todas as dificuldades, nós avançávamos nas escolas públicas, porque é nesse lugar, com todas as peculiaridades e dificuldades desse processo, que essas crianças puderam entrar. Eu, como professora, me fiz na escola pública e hoje trabalho em uma prefeitura, e afirmo que nós precisamos ocupar com veemência esse lugar, nós não podemos deixar que as pessoas falem dos nossos trabalhos de uma maneira, às vezes, tão leviana. Isso não quer dizer que não tenhamos problemas, mas eu acho que nós também comparamos o que vendem de nós e nós precisamos ter uma maior criticidade em relação a isso.

Bom, quando eu tive os meus primeiros encontros com aquele menino, ele também corria sem parar, e eu não sabia o que fazer, corria

atrás dele, ficava correndo. E um dia, tinha uma caixa lá cheia de carrinhos muito interessantes, carrinhos de fricção e a gente ficava um tempo lá no chão e eu aprendi a brincar com essas crianças. Isso foi uma das coisas mais importantes para a minha formação, porque uma coisa era estudar o brincar, outra coisa era verdadeiramente brincar – e foi com aquele menino que eu aprendi a brincar. Mas tinha uma questão: no final dos encontros, ele queria levar todos os carrinhos para casa, principalmente o carrinho de fricção que era um Fusca verde – olha como eu não me esqueci! – que abria as duas portinhas. E eu pensava: “Ele não pode levar esse Fusca. Isso não! Não é assim que se faz os combinados?”. Mas, eu temia dizer não, porque me disseram que, se dissesse não, ele caía no chão. E aí, quando faltava 15, 20 minutos para o final do encontro, eu ficava bem de olho no relógio e ele pegava o carrinho, e eu pensava: “Não é possível, 15, 20 minutos antes ele pega o carrinho e segura”. E eu naquela tensão, “vou pegar o carrinho, não vou pegar o carrinho, ele vai dar o carrinho, ele vai se jogar no chão, a mãe está lá fora, eu não quero que a mãe veja isso...”. Bom, era um inferno, em síntese, era um inferno.

Até que, um dia, não sei por que – porque quando nos relacionamos com alguém, a gente se pergunta – eu estava naquela tensão e vi ele pegar o carrinho e vir meio para afrontar. Tipo, “vou sair aqui, ela não vai dizer nada”, sem dizer uma palavra. Eu cheguei e disse: “Me dá esse carrinho”; e ele põe o carrinho aqui na minha mão. Poxa! Eu pensei, “não, não é possível que eu tenha feito isso, eu estou aqui há dois meses sofrendo com esse carrinho, olhando para o relógio”. Bem, eu fiz isso, é importante que a gente saiba as coisas que a gente faz, e então de fato soube que o menino me ouvia, não é? Porque essa dúvida é uma dúvida insana nessas histórias. Quando o menino foi para a escola, para a escola de educação infantil – e eu estou dizendo isso porque nós, professoras, temos que entender que nem todo mundo faz tudo por todo mundo, então paremos com essa necessidade dessa eficácia exagerada pois falta disso não quer dizer descomprometimento, mas é fazer escolhas, certo? A primeira professora do menino teve que ser capaz de suportar um menino que entrava e saía dos vários espaços e que muitas vezes não encontrava sentido ali e o nosso caminho era encontrar alguns sentidos. Mas essa professora fez algo muito importante,

que quem sabe tenha ajudado a todos nós. Em um determinado momento, ela gritou, disse, no tom dela... tinha uma escada enorme, ela falou: “Fecha essa torneira e sobe”; e eu lá em cima pensando “ah, meu Deus, coitado do menino”. Imagina? O menino automaticamente fechou a torneira, subiu, entrou na sala. Eu não faria desse jeito, tá certo? Mas ela o fez, e foram os carrinhos que ela encontrou.

A segunda professora, falou: “Esse menino vai registrar, porque com essa capacidade motora...”; e eu: “como assim?” – ele andava de perna de pau na escola, eles brincavam, ela desconfiava. Mas eu falei: “Você tem razão, eu também acho”; e ela falou: “Então, vamos fazer o seguinte, Andrea, um dia eu vou no ateliê, porque eu vou com as crianças no ateliê, a gente pinta...”. Resumindo, ela ia lá com as crianças e falou que de vez em quando ele fazia umas pinceladas lá no papel, “mas normalmente quando termina a atividade, eu peço a algumas das crianças que me digam o que fizeram, o que elas quiseram fazer ali quando fizeram aquela atividade”. E ela continuou: “Eu me dei conta de que eu nunca pedi para o menino. Então, vamos combinar, o dia que você vier aqui, eu vou fazer uma atividade no ateliê e aí gente pede pro menino contar”. Eu disse para ela: “Olha, pode até ser no dia que eu não vier aqui, mas acho fundamental que você faça isso na hora que você olhar para o desenho do menino e achar que ele tem alguma coisa para contar, porque parece que às vezes não há nada pra contar, e quem sabe disso é você, a professora, não sou eu”. E dito e feito. Passados mais 15 dias, num determinado momento no ateliê, ela perguntou ao menino. Eu cheguei e uma criança veio correndo e falou para mim: “Você não sabe, Andrea, o menino curou, curou”; aí eu falei: “Nossa! Me conta o que aconteceu”; ela disse: “Ele pegou o desenho dele e falou ‘hããã’ ((sonoplastia)). Naquele momento, ele ganhou para as crianças o status de criança, e isso a escola pode fazer como ninguém.

Passou esse tempo, a outra professora falou: “Ah, eu vou alfabetizar”. Gente, quando as pessoas me dizem, quem sou eu para duvidar, eu só falo: “Ah, sim”. Uma professora que também era muito mais tradicional. Se eu olhasse de dentro da minha perspectiva, ela poderia conduzir o processo de outra maneira? Poderia. Mas ela não desconfiava dele, essa é uma questão, ela via ali uma possibilidade. Um dia eu

estou lá, ela pede para ele distribuir umas par-lendas, e quando ela entrega na mão dele, sem perceber, de ponta a cabeça – e eu lá vendo – e, ao receber, automaticamente, ele vira. Quando ele vira, eu falo para ela: “Ó, mais atento do que a gente está imaginando”, certo? Ela me disse: “Ah, então ele que me aguarde”. Bem, as primeiras palavras que eu ouvi do menino, foram a imitação da ação que essa professora fazia todos os dias ao entrar na sala de aula, ela cantava o alfabeto, A, B, C, D, E... As primeiras palavras, os primeiros sons que eu ouvi, foram A, B, C. Certo?

Esse menino, aos oito anos, teve um processo... Eu acompanhei-o até os seis anos, mas foi ele também que me ensinou a hora de entrar e sair das histórias, enquanto professora itinerante que eu era na época. Um dia, na sala dele – era uma sala que tinha uma janelinha baixinha que dava para pular do lado de fora –, eu entrei por uma porta, toda alegre, as crianças conversando comigo, e quando eu entrei e ele pulou pela janela. E foi ali que eu aprendi que estava na hora de ir, que eu poderia conversar sobre o menino, mas não necessariamente estar ali naquele lugar, porque aquele lugar era dele.

Andrea dos Santos: Bem, eu vou contar agora um pouco para vocês da minha trajetória em Franco da Rocha, certo? Eu cheguei a Franco da Rocha mais ou menos há seis anos, numa gestão petista. Eu fui convidada por duas pessoas muito queridas, uma delas é o Rodney Pereira, que estava lá para ser diretor de ensino; depois de São Bernardo, eu estive no terceiro setor, fiquei sete, oito anos discutindo sobre educação inclusiva, e então pensei, “eu quero uma pausa um pouco dessas discussões, eu preciso de um respiro disso”. E eu já estava muito imersa na interface entre educação, cultura e arte, e aí ele falou: “A gente tem lá o Mais Educação”; e eu falei: “Deixa eu coordenar isso?”. E aí fui para fazer a coordenação desse projeto, do qual eu gosto muito, gosto do que a gente fez e faz dele, na perspectiva de construir a escola que a gente deseja para as nossas crianças. Mas, chegando lá, em muitos momentos eu estava na sala e sempre aparecia uma mãe ou para pedir vaga para o seu filho ou para fazer alguma reclamação. E durante um tempo eu quis fingir que não tinha nada a ver com aquilo, sabe? Quando a gente ouve e fala: “Alguém vai resolver aí, porque isso aí não sou eu que vou resolver”. Bem, até que um dia, o Alex, que na época respondia como secretário-adjunto, me disse: “Precisamos

dar um jeito nessa questão de educação inclusiva”; eu falei: “Eu não tenho nada a ver com isso, eu não vim para cá para cuidar dessas questões”; ele falou: “Vamos só começar o processo e depois a gente toca” – e aí fiquei.

Bom, a cidade tinha um Centro de Apoio Centralizado que misturava tudo: Atendimento Educacional Especializado – vou falar isso com cuidado –, um pseudo atendimento clínico por fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. O primeiro trabalho que a gente fez foi tentar desmontar esse serviço e tentar criar os polos de atendimento educacional centralizados, que é o mínimo que uma política pública naquele momento teria que fazer. Começamos a apostar nesse trabalho da formação em serviço das professoras não especializadas. E isso não quer dizer que não há um conhecimento, por exemplo a comunicação alternativa é algo que de fato tem que ser aprendido. Mas tem um conjunto de escopo, que é da educação, que diz respeito à observação, ao registro, que são conhecimentos que eu acredito que, quando qualquer professor usa de uma maneira mais adequada, se torna é a nossa grande ferramenta de trabalho para mudar as relações estabelecidas no âmbito da escola. Então, a gente começou a fazer um trabalho e receber, para o Atendimento Educacional Especializado, professoras que não são especialistas.

Mas eu tinha um outro problema: eu não tinha um quadro fixo, que só se constituiu três anos depois com professores efetivos, o que é muito importante, porque a minha passagem é transitória, eu preciso deixar naquele lugar pessoas que possam tocar o trabalho e para isso precisam ser pessoas do quadro efetivo da secretaria. E no ano passado a gente conseguiu fazer o primeiro concurso para técnico em Braille e Libras. Eu tenho hoje intérprete de Libras e Braille, porque muitas das crianças surdas não permaneceram em Franco da Rocha, elas vêm para São Paulo. E eu tenho um outro dado: eu hoje atendo, no Atendimento Educacional Especializado, 102 crianças. Vejam, de uma população de 147 mil, segundo o último Censo... Portanto, atendemos no Atendimento Educacional Especializado um número muito pequeno, porque há crianças que ainda precisam e famílias que ainda não mandam as crianças para a escola.

Andrea dos Santos: Temos trabalhado com a formação dos professores do ensino regular no contraturno, no horário de HTPC; uma

vez por mês, temos trabalhado com formação para os cuidadores que vão para as unidades escolares, porque se a gente também não ficar atento, eles viram os professores particulares das crianças, nesses ambientes em que as crianças também são abandonadas. Temos feito formação com gestores, eu cuido diretamente da formação semanal dos professores do Atendimento Educacional Especializado, e vou trazendo outras pessoas especialistas em outras coisas para discutir essa questão.

Ontem, iniciamos em Franco as rodas de conversa em que trago uma psicóloga, psicanalista que tem experiência no trabalho com as crianças autistas, para compor junto comigo, e assim as histórias vão se tornando mais emergentes de serem discutidas. Então, ontem, eu tinha o diretor da unidade escolar, a coordenadora pedagógica, o cuidador e todos os professores do Atendimento Educacional Especializado reunidos para a discussão da história de um sujeito, para, a partir dela, a gente tentar efetivamente construir uma rede, e também assumir que nós temos certos assombros, que só vamos resolver se nós nos unirmos.

E eu vou terminar aqui, mas há um livro que chama *Práticas Inclusivas em Escolas Transformadoras*, que destaca alguns princípios. Eu vou ler alguns dos quais a gente tenta se fortalecer: "A inclusão é para todos e não para um; o sucesso da inclusão depende da adaptação da escola à criança e não apenas da adaptação da criança à escola; a inclusão de uma criança garante a inclusão de todos, inclusive e fundamentalmente, de nós professores; o trabalho de inclusão se faz no laço que se estabelece entre o professor e o aluno; o aluno é da escola, e não apenas do professor; a escola proporciona uma referência simbólica para todas as crianças". E eu tenho percebido que é nesse eixo que nós estamos deixando a desejar. A escola é um lugar social da criança; o educador tem o seu saber sobre o seu aluno. Isso nós construímos no processo em que se estabelece uma relação de verdade com as crianças. Eu gosto sempre de dizer que, quando vivemos uma situação muito difícil com as crianças, devemos olhar para as mesmas e contar quantos anos nos separam daquele sujeito. Então, ontem, esse menino que eu discutia, chamado Alex, ele tem oito anos, eu tenho 47. Dos oito aos 47, quantos anos me separam do Alex? Quantos anos? Quanto? Não ouvi bem, vocês falaram baixo.

Andrea dos Santos: 39 anos é muito tempo, gente. Isso tem que servir de arsenal para nós nessa relação que a gente tem estabelecido com as crianças. Não é possível que a gente não consiga minimamente estabelecer esse código ético. Então, sempre que a situação aperta, eu conto no dedo, até para ajudar; conta no dedo, se lembra de quantos anos te separam daquele sujeito. E de ontem, uma das frases mais bonitas que eu ouvi, foi: "Nos dois momentos intensos de crises do aluno, ele agrediu os adultos, quebrou objetos, porque não gosta de ser contrariado. Porém, após as crises, ele se deitou no chão e abraçou o adulto que estava próximo". Se algo desse porte não serve para nos sensibilizar, eu fico me perguntando que mundo é esse que nós estamos clamando?

Valéria: Muito obrigada, Andrea. Muito bacana ouvir uma fala em que a equipe gestora aparece. Eu acho que isso é uma coisa importante para a gente pensar na escola, porque fica esse ping-pong, "o professor" é que é o problema, mas tem uma equipe, tem uma rede. Tem uma prefeitura por conta disso, tem uma rede de apoio nessa prefeitura, e o depoimento da Andrea ressalta a necessidade dessa rede de apoio, porque os professores, eles... as escolas não são um pêndulo, elas estão dentro de um território, elas estão dentro de um contexto, e esse contexto também alimenta a escola, mas também tira da escola, às vezes, possibilidades de um bom trabalho. Ainda mais em se tratando das escolas públicas, que são mantidas pelo Estado, pelo governo, enfim. Então, acho muito importante também, além de tudo que você trouxe, o quanto você ressalta a participação da equipe gestora, a sua participação, o seu desejo e também a possibilidade de, de fato, fazer algo. Nós precisamos trabalhar com potência, porque caso contrário nos sentimos também impotentes. Bom, eu queria abrir para uma discussão, para o debate, para vocês poderem se colocar. Antes de mais nada, quero reforçar que estamos com transmissão online, agradecer aos polos Campinas, Sorocaba, Vale do Paraíba e Litoral Norte que estão conosco aqui presentes de algum modo. Essa possibilidade da acessibilidade via online é importante. Vou ler algumas questões:

"Nós da subsele de Sorocaba estamos felizes pelo marco deste evento no CRP, que dá visibilidade para a pessoa com deficiência. Pergunta a todas, Valéria, Mirna, Paula: podemos dizer

que a psicologia brasileira assume, a partir dessa importante discussão, o levante da bandeira na militância para garantir o direito pleno da pessoa com deficiência para ter voz na sociedade?”

Valéria: Sim, acho que sem dúvida, com toda a certeza. Eu não sei se é um marco, mas sem dúvida é uma mobilização muito forte nesse sentido, ok? Porque a garantia de direito é para todos, e para pessoa com deficiência sempre haverá espaço para essa discussão aqui no Conselho. Vocês querem colocar alguma coisa?

Maria Josefa: O meu caso acho que é o caso dela. Eu estou muito emocionada porque eu me vi na Andrea. Eu sou professora de uma creche, e aí ganhei o Davi. Davi entrou na minha sala e disseram: “Ah, a gente acha que ele é autista, tá?”; eu: “Oi?”; “É, a gente acha que ele é autista”. Me aproximei da mãe. Hoje, nós estamos com quatro meses de convivência, a mãe acabou se tornando uma amiga. Converso com o pai, o pai é muito afoito, o pai não aceita. E, assim, eu me vi na Andrea, eu me vi na mãe, eu me vi em você, Andrea, conheço um pouco daquela região onde você trabalha. E eu vim aqui hoje pedir socorro. O que eu faço com uma criança de três anos? Somos eu, o Davi e mais 24, o que eu faço? Ele está no processo de diagnóstico, então oscila. “Ah, ele está tão bonitinho hoje, né? Ele sentou na mesa”. E no outro dia: “Ah, ele está vomitando”, e aí todo mundo vem pra cima da professora porque o Davi está vomitando. O Davi não está vomitando, o Davi não está na creche, o Davi está no CEI. Então, eu vim pedir socorro. A minha creche é uma creche direta da Prefeitura de São Paulo, a gente tem lá um grupo que é o CEFAL, mas até ontem eles não apareceram. Aí ele vem com umas cartilhas, aí eu leio, leio, leio, fico louca. Dá uma bala para o Davi, Davi não liga para bala. Eu falo: “Gente, ele não é autista”. “Ah, dá um balanço para o Davi, Davi adora balançar”. Quando ele quer, quando ele não quer, ele não balança. E o que eu faço? Eu estou assim, a ponto de desistir, penso, “ah, eu vou no médico, vou tirar uma licença médica”. Mas aí eu repenso: “e o Davi, vai ficar como?”. Então, eu estou aqui para pedir socorro, tá? As escolas públicas são isso, às vezes o pessoal fala que a gente faz um mau trabalho ou que a gente não trabalha, mas, às vezes, a gente não tem o apoio...

Valéria: Eu vou juntar com mais uma questão de uma pessoa falando lá atrás, aí a gente tenta responder a ambas.

Lidiane: Bom dia, meu nome é Lidiane. Eu queria parabenizar todas vocês pela oportunidade de estarmos aqui ouvindo questões tão ricas, a professora também. Fiquei pensando um pouco na fala dela, e eu acho que a minha pode ser que seja um alento um pouquinho para o trabalho que vocês desenvolvem de base, porque eu estou em uma universidade, e a gente já recebe o produto positivo do investimento de vocês nessas crianças, porque eles tão chegando à universidade, então de certo modo, eu fico um pouco otimista de dizer que, de alguma maneira, esse sofrimento inicial de não saber o que fazer, depois vai alcançar o seu resultado no futuro. Que também é desafiante pra caramba, era isso que eu ia falar. Então, quando eles chegam à universidade, eu que sou psicóloga olho com bons olhos essa questão da inclusão, porque também atendia na AACD jovens com outros tipos de deficiência, que começavam a chegar ao ambiente universitário. Mas nesta semana eu acolhi o depoimento de uma professora da enfermagem – porque eu sou psicóloga e sou docente. E na enfermagem a professora veio falar comigo que... “Olha, como inclusão, aceitação social, isso eu trabalho com todo mundo. Porque no meio universitário, você vai receber jovens com depressão, ideação suicida, vários outros tipos de dificuldade ao aprendizado e também o autista”. Ela falou: “Então, inclusão eu trabalho bem”. Eu acho que isso faz parte da formação do enfermeiro, ele saber manejar a diferença e a inclusão e tal. Mas, didaticamente, como que eu vou ensiná-lo a ter gerenciamento de emergência, empatia com o paciente? Ele outro dia caiu e se machucou, ele veio pedir minha ajuda como se ele fosse uma criança, apesar dele já ser um jovem, que se desenvolveu, que passou por todo o vestibular e tal, ele veio com a mão machucada me pedir pra eu ajudá-lo, e ele tá se formando enfermeiro, né? Como que eu seguro essa questão da competência comportamental junto com o desenvolvimento intelectual dele? Acho um baita desafio, queria compartilhar com vocês, porque agora eu vou ter que começar a estudar esse assunto. Então, se alguém tiver dicas e se a gente puder se apoiar em uma rede, também pensando que essa criança vai crescer e a gente vai continuar tendo que se adaptar e oferecer oportunidades... As pedagogas ensinam muito para nós que somos técnicos de outras áreas, então, estou à disposição para conversar também com vocês.

Valéria: Bom, vamos tentar juntar as duas aqui. Eu vou passar aqui para a Paula, para a Andrea e para a Andrea. Às vezes, eu acho que é falha mesmo, ou um ato falho, não sei, a gente acaba dizendo em alguns momentos “criança”, mas eu acho que o evento se refere à pessoa, em alguns momentos a gente diz pessoa, pessoa com transtorno com sofrimento psíquico intenso ou com Transtorno do Espectro Autista. Eu acho que o trabalho desenvolvido, embora haja falas mais específicas quando tem um trabalho direcionado à educação infantil, Fund. 1 etc., a gente está falando de qualquer pessoa, em qualquer nível de ensino. Até porque, vem uma outra questão aqui, que eu só vou ler para juntar e a gente responde, que é a seguinte, vinda por rede: “Bom dia a todos, meu nome é William, tenho 24 anos, sou autista e acompanho as intervenções feitas durante esse evento. Senti falta um pouco da discussão sobre a educação inclusiva para adultos e adultas” – para mim é a mesma coisa – “que estão no espectro. Gostaria de saber das expositoras o que elas têm a dizer sobre isso e que alternativas podem ser propostas para autistas adultos que não tiveram este modelo de educação?”.

Valéria: Eu acredito que o modelo de educação inclusiva ainda está em implantação. A gente está implantando, embora já tenham se passado muitos anos de Salamanca, a gente ainda está implantando e descobrindo coisas. A chegada ao ensino superior é uma novidade, e a gente também vai discutir e aprender fazendo, estando perto. Não existe como ter uma dica específica, ou um trabalho específico para o autista, porque aí – no meu caso, eu estou colocando a minha posição – eu vou me contrapor àquilo que eu acredito. Eu não vou pôr o autismo na frente da pessoa, eu estou falando de pessoas que têm como característica um sofrimento psíquico intenso que também varia de momento a momento. Não tem como ter uma resposta específica para isso, mas eu englobo todas. Agora eu vou passar para vocês fazerem os comentários aqui. Andrea.

Andrea Souza: Olha, primeiro, assim, eu acho que você tem uma super boa vontade, você tem um carinho, e eu acho que isso já diz mais do que você está imaginando. Mas o que eu posso dizer, assim, se você quiser, é que depois eu passo o meu contato para a gente falar com essa mãe. Porque é o que mais ajuda... Ela está num processo de luto, então, ela está con-

tando para si mesma que ela tem um filho autista. E é muito difícil, gente, porque você não sabe o que vai acontecer, literalmente. Não é uma coisa assim, “ah, ele tem isso, então vai acontecer isso, vai acontecer isso”. Com autismo, você não sabe. Então, ela vai ter que aprender a vibrar não pelo que ele deveria estar fazendo, mas pelo o que ele conseguir fazer. E sempre tem muito isso, é o luto, é a negação. Isso vai acontecer. O que eu aconselharia – como mãe, porque eu não vou poder aconselhar como profissional – é ela procurar outras mães, porque isso dá muito acolhimento para a gente. Porque primeiro você começa a desmistificar coisas como... “Ele vomitou” – tá, e aí? Podia ser autista, não autista, ele ia vomitar também. “Ah, ele está fazendo birra”. E? “Ah, mas ele se joga no chão e bate com a cabeça.” E? É o jeito dele fazer... Então, você vai ignorar como mãe. “Ai, mas tadinho...”, porque aí, a gente como mãe começa a... Antes de tudo, ele é uma criança, então você tem que ter uma decisão. E é uma decisão muito dura. Porque isso está dentro de mim sempre. Você vai ter que fazer a escolha de ou eu jogo ele para o mundo e aí é um mundo que tem preconceito, que tem bullying, que você vai ver seu filho chorar, você vai ver seu filho não ser convidado para as festas de aniversário, você vai ver você estar no ambiente e as pessoas falando: “Ele é autista”. Você vai ouvir: “Ele está fazendo birra né?”. E aí você vai ter que literalmente apertar a tecla F, porque senão você não vai ajudar em nada o seu filho. Vai cortar o coração muitas vezes, muitas vezes você vai ver o seu filho sofrendo preconceito, muitas vezes você vai ver o seu filho sendo rejeitado. Vai. Soluçando porque uma criança falou “você não vai brincar”, e ele não sabe como lidar com isso. Vai. Mas o ganho é que você está preparando-o para o mundo, né? E tudo isso passa... Assim, eu vou te contar o que eu acho que está passando pela cabeça dela. O filho idealizado não existe mais, eu nem sabia o que é isso, eu vou ter que aprender o que é isso agora, eu não sei onde é que isso vai dar, não sei se vai evoluir, regredir, o que vai acontecer, eu não estou preparada, eu não sou eterna, o que vai ser do meu filho quando eu morrer. Isso é um medo que o meu marido tem, por exemplo. Eu já acredito que, assim, se veio, nada é por acaso, então, assim, o caminho vai ser feito de algum jeito. Então, é acolhimento, você precisa de acolhimento e ela precisa de acolhimento. Então, eu indicaria para ela procurar grupos. Tem N grupos, tá?

Mas, assim, é muito importante para a gente se ver em outra, ouvir uma mãe falar: "Gente, eu também passo por isso"; "Gente isso é mais normal do que você imagina"; "Gente, isso não é coisa de autismo, isso é criança". Porque tem isso, tem esse negócio de, "ah, ele está fazendo isso porque é autista", não, ele está fazendo isso porque ele é criança. E aí você, como pai, vai ter que ser forte. Isso aconteceu, o Giovanni, quando contrariado, ele se jogava no chão e batia com a cabeça, e eu tive que aprender a ignorar. Até o dia em que ele estava vendo que não estava dando jeito e falou assim para mim: "Bateu cabeça". E eu: "É? Por quê? Porque você está batendo com a cabeça! Se você parar não vai doer". E aí ele começou a parar... Mas se eu não tivesse feito isso, ele ia estar batendo com a cabeça até hoje. Então, é uma decisão. Ela vai sair desse luto, ela vai sair, e quando ela sair, vai dizer assim: "Tá, e agora o que eu faço?". Então, se ela quiser... eu acho que outras mães falando acolhe muito. Porque, poxa, não é alguém que não sabe o que é que está acontecendo, é alguém que sabe o que é, que também está passando por isso, entendeu?

Valéria: Às vezes a angústia desse pai que você relata, ela é só angústia, só preocupação, né? Não é porque ele não fala sobre, ou que não aparece porque ele está rejeitando. Isso também é uma ideia de senso comum antiga, que os pais rejeitam os filhos porque eles têm deficiência, seja ela qual for, e às vezes a gente compra essa ideia e não para pra ouvi-los também. Os pais precisam ser muito, muito, muito, ouvidos, porque eles nos... Nossa, ninguém sabe melhor do seu filho do que os próprios pai e mãe, não é? Então, se a gente não pode ouvi-los, eles também têm um mundo hostil que exclui, a gente não pode fazer parte disso, senão a gente vai repetir a questão do Ernesto aqui, como é que a gente fica? Em que posição a gente está? Vou passar aqui pra Paula.

Paula: Como é que você se chama?

Maria Josefa: Maria Josefa.

Paula: Maria Josefa, fiquei pensando aqui no momento em que você começou a falar, eu pensei, "eu quero falar com ela", falei para a Valéria. E acho que serve aqui também para o rapaz que está na universidade. Hoje em dia, na minha cabeça, quem tem os tentáculos são os alunos. Se eu não conto: "Gente, eu vou ter que ficar com ele no meu colo um pouquinho, porque

ele está chorando, porque ele tem um jeito de ver o mundo um pouco diferente da gente, porque ele tem autismo, alguém pode ficar aqui do meu lado ajudando a segurar a mãozinha dele, enquanto ele se acalma?". A gente pode falar a verdade, – aliás, a gente tem que falar a verdade, desde a mais tenra idade. Óbvio que a gente não vai chegar para uma sala de três anos de idade e falar: "Olha, gente, ele tem autismo"; mas a gente vai dizer como é que dá para aquelas crianças olharem, e eles vão ser aqueles que vão te ajudar.

Paula: É isso. Mas eles precisam saber como, eles precisam saber de que jeito. Eu costumo falar para os professores, quando a gente está em roda de conversa, alguma coisa, que, se necessário, eu contendo a criança pondo a mesma nas minhas pernas, eu travo as minhas pernas, e eu ponho os meus braços em cima de um jeito que eu impeço aquela criança de, por ventura, se bater, chutar, me machucar. Então você protege. E tem algumas teorias que dizem que quanto mais aquela criança contradiz o seu próprio diagnóstico, mais vivência de potência ela tem. Então, se é uma criança que tem auto ou heteroagressão e eu a contendo amorosamente, estou evitando aquilo, eu estou sinalizando para aquela criança que ela consegue, os coleguinhos estão vendo que ela consegue. Depois eu posso dizer: "Vou tirar o braço agora, você segura na mãozinha?". Então, é assim o tempo todo, e essas crianças vão... Tem professores que dizem: "Mas os outros também querem, os outros têm ciúme". Claro, é natural e vai ter em todas as idades. Tá bom. Então diz: "Você segura a mãozinha dele, segura o outro, e agora vem você". Poder fazer troca. Essa criança não vai estar o tempo todo em crise... ainda mais se tiver essa contenção afetiva, amorosa, sincera, ela vai ter mais possibilidades.

Já para o jovem adulto, a mesma coisa, vamos tentar formar uma rede com os colegas. Eu tenho hoje uma rede que se chama Jovens Solidários e eles dizem assim: "Ô, velho, olha pra mim quando eu estou falando com você". O que não combina nos meus mais de 40 anos de idade... Essa distância de idade, seja para o adolescente ou criança, nos afasta, pois, dependendo da idade, eles não querem mais te ouvir. Então, a partir dos 17 anos para cima, você virou o tiozão, o paizão que não conta. É o colega, é o par que conta. E essa rede precisa existir para quê? Para ele poder dizer: "Meu, tem que

dar uma olhada, cresce aí, vamos lá”. Com todo o carinho, todo afeto, orientado, e a gente fica por trás, não é? Eu, quando eu vivo isso, eu vivo numa sala onde eu tenho um interfone e eu assisto o que está acontecendo na mesma hora, porque qualquer coisa a gente faz uma intervenção, a gente faz uma proteção. Tudo o que é diferente é odiado, é detestado, é execrado; nós podemos então oferecer uma rede de afeto e de compreensão pela diferença nas salas de aula, estamos falando de empatia mesmo, de se colocar no lugar do outro e poder dizer. Então, o que vocês duas puderem usar da rede solidária e oferecer, frases como: “Gente, não precisa ter dó, não”, é válido, né? “Veio até aqui, consegue, vai mais para frente, se chorar um pouquinho, a gente consola.” A gente não escuta um monte de coisa que, às vezes, não é legal para a gente, dói, mas depois a gente fala: “Nossa, como foi bom!”? É a mesma coisa. Então, sempre, honestidade, falar a verdade e lembrar que o dizer que é do par, aquele que é igual, vem de uma outra forma, vem de uma outra forma.

Andrea Souza: Eu ia até falar isso, porque, de novo, eu tive muita sorte, mas já tive também criança que quando eu falava “Você não vai brincar”, o garoto soluçava ou agredia. E aí você vê também – que era uma coisa que a gente até estava falando no carro – que tem aqueles rótulos, né? “Autista não tem sensibilidade.” O Giovanni é supersensível, então se um coleguinha não quer brincar com ele ou, sei lá, destrata, que é coisa de criança, ele fica mortificado por dias. Só que, pelo menos até agora, na maioria das vezes, ele teve um acolhimento na turma, a turma entendeu de um jeito que a gente até tem que manejar, porque, assim, as meninas, por exemplo, só querem ficar com ele, beijam ele, querem tomar conta dele, e ele, imagina, nem gosta, nem se aproveita, né? Mas, enfim, é o cuidar, “Não, eu vou ajudar ele, tia”. Então assim, não precisa dizer o que é autismo nem nada, eles sabem e vão reagir e vão ser ótimos colaboradores. E outra coisa são os pais. Eu sei que tem pai e mãe que passa por perrengues com outros pais, já teve escritora renomada que escreveu na Veja que “criança assim atrapalha as outras”. Mas eu tenho uma felicidade, porque os pais falam: “Olha, o meu filho fala que o sonho dele era ter o Giovanni como irmão”. Entendeu? Então, tem um acolhimento. Então são seus principais parceiros: os pais do Davi, os colegas do Davi e os outros pais. É um time. Entendeu?

Valéria: Por favor, Andrea, você quer fazer alguma consideração?

Andrea dos Santos: Acho que tem uma coisa importante numa rede como São Paulo, que é ter um local interessante como é o CEFAL. Eu acho que a gente tem que reafirmar a rede, a gente tem que solicitar de novo. Porque há pessoas muito comprometidas com esse trabalho, e eu acho que, se a gente não se unir, as coisas ficam muito difíceis. E existe um serviço organizado, então a gente precisa acionar. Se chamou e não veio, a gente vai chamar de novo, a gente vai até lá. Não sei como é que a gente se organiza dentro dos espaços. Mas eu acho que é importante dizer: tem um serviço organizado e esse serviço precisa ser chamado. Claro que eu também vou entender que, em uma cidade como essa, como São Paulo, emergências devem pipocar a cada instante, e que elencar prioridades em um determinado momento também é difícil. Mas eu acho que tudo já foi dito e penso que seja fundamental acreditar um pouco mais em si e recuperar um pouco do trabalho que já foi feito, sabe? Por isso é que eu acredito tão fortemente no papel do registro, de fazer uma linha do tempo com as coisas que foram acontecendo. Tem coisas que não foram encaminhadas da forma como eu desejava, mas eu também passei à frente, porque às vezes a gente toma tudo para nós. Então, a gente também precisa acionar as pessoas, porque, se não acionar, a tendência é que cada um fique no seu pedacinho e todo mundo precisando de ajuda. Enquanto professores, eu acho que isso é muito importante. Nós vivemos muito solitariamente os nossos problemas e parece que é fraqueza dizer que está difícil, mas não é fraqueza, isso é fortaleza. Eu preciso dizer. Melhor eu conseguir dizer dos meus assombros do que esses assombros assombrarem as relações construídas. Então, eu acho que nós estamos em um momento importante, a gente já construiu conhecimentos importantes, os quais nós ainda não validamos porque ainda não estabelecemos dentro das unidades escolares essas relações de reciprocidade.

Valéria: Ok, obrigada. Você tem uma questão, né? Aqui (aponta para pessoa do auditório). E aí tem mais uma aqui escrita. Alguém mais? Ali mais uma. Ali atrás mais uma.

Luiza: Eu me chamo Luiza. Eu sou coordenadora de um projeto social na região do Morumbi

que tem diversos tipos de serviços e um deles é a assistência psicológica. Há um mês, a gente recebeu um menino que se chama Moisés, ele tem quatro anos e ele foi diagnosticado com autismo. E a situação é um mix de uma mãe desesperada, que está com o pensamento de “agora eu tenho o estigma de um diagnóstico e agora eu preciso dar o próximo passo”, e uma escola que se ausenta de atender. E isso causa uma indignação minha, como pessoa, porque chegou ao ponto de a educadora colocar essa criança de quatro anos em um canto de uma sala e falar: “Ó, eu não vou olhar”. E aí eu comecei a me questionar sobre o que eu posso fazer com essa educadora. Porque, assim, é um caso de autismo, mas podia ser um gordinho que eu tiro da aula de educação física, uma criança negra que eu tiro de um meio social. E a minha preocupação, de quem está à frente, é no sentido de que, quando se põe o título de educadora, qual é a sua função como pessoa? Entender que essas crianças têm uma subjetividade antes do tema autismo, que agora a gente precisa aplicar. Eu sinto uma necessidade de levar para essa escola a informação de “eu tenho um aluno autista”, e que precisa ser entendido. Essa e quantas outras deficiências que recebemos de educação, de crianças que talvez tenham outras dificuldades de aprendizagem, e a sociedade precisa começar a entender que é um estereótipo, é um diagnóstico, sim, mas quantas outras crianças também têm. Essa é a nossa responsabilidade como ser humano na sociedade, olhar isso como... é um ponto sim, mas aprender como lidar, e não ver como algo que está lá longe. Ele (o autista) existe, tem potenciais, como cada criança tem. E o que me preocupa é: como eu posso levar para essa escola e para essa educadora, que eu acho que já deveria ter essa sensibilidade, o ensinamento de como se portar com a criança que eu recebi agora?

Valéria: Tem mais duas ali. Eu acho que eu quero ouvir as questões, por conta do tempo, aí a gente tenta responder as três. Tem mais uma aqui, cadê? E uma ali no fundo.

Oradora não identificada: Oi, bom dia. Eu também sou professora e já tive alguns alunos com esse diagnóstico. E eu tenho uma angústia particular, porque, por aprender com eles, eu acredito muito nesse trabalho entre pares, tanto que eu fiz a minha dissertação do mestrado sobre isso. É impressionante como as crianças, elas entre elas, se autorregulam, seja com o espectro ou não. E aí a gente também falou sobre uma questão de apreensão do conhecimento. Nessas minhas experiên-

cias com essas crianças, é impressionante como, às vezes, eu adapto a minha aula, a partir do modo como as crianças que não têm, e elas transmitem para os pares, porque a gente faz muitos trabalhos entre pares. Então, a criança que tem o espectro e que é alfabetizada ajuda a que ainda está nesse processo de alfabetização. Eu sou professora alfabetizadora. Então, essa criança autista está no lugar de ser o detentor do letramento, da alfabetização para auxiliar a criança que não é. Acredito muito nisso. Só que, ao longo desses anos, eu venho numa tratativa de igual, então, eles são iguais e eu os vejo como iguais. E, recentemente, neste ano, eu tenho uma criança autista – e aí é eu fiquei muito na dúvida, e essa é a minha pergunta – e em rodas de conversa, em assembleias, eu notei que as crianças, nessa tratativa igual, começaram a dizer “gosto, não gosto” para essa criança normalmente. Então, por exemplo: “Eu não gosto que você me bate”; e aí o menino olhava para mim e eu ficava com essa angústia. Então queria ouvir de vocês. Porque, assim, tem sido efetivo, mas eu não sei o quanto é bacana seguir com isso, porque está funcionando... Mais do que o discurso do adulto de dizer “Não bate no seu amigo”, levar para o outro: “Olha, seu amigo quer te dizer uma coisa”; e aí a criança diz “Eu não gostei que você me bateu”. E aí eu queria ouvir um pouquinho.

Miriam: Eu me chamo Miriam. A minha pergunta é: como psicóloga e como pedagoga, até que ponto vai a nossa empatia com o outro? Assim, até que ponto vai a nossa empatia com a mãe e com a criança? Porque quando a gente se coloca muito no lugar da mãe ou da criança, a gente pode colocar os nossos sentimentos pessoais, talvez até dificultando a nossa ajuda para essas crianças e para essas mães. Então, até que ponto vai a nossa empatia com o outro? Essa é a minha pergunta.

Valéria: Tem mais uma aqui.

Maria Vitória: Oi, meu nome é Maria Vitória. Eu queria saber como a escola deveria se reportar aos pais que não entendem isso? Meus filhos, eu não tenho nenhum filho autista, nenhum com qualquer outro problema, mas eu fico chateada de ver os pais que passam por isso com outros pais que não conhecem, não sabem como lidar. O caso de uma criança que bate em outra e a mãe já fica atormentada e a escola não passa para essa mãe que o menino tem um problema, que a escola está dando acompanhamento, que os pais estão fazendo esse acompanhamento, mostrar isso antes. Não precisa expor a criança, mas é só a escola dar uma

palestra sobre inclusão, mostrar como eles tratam dentro da escola, senão as próprias mães acabam fazendo com que as suas crianças excluam essa criança. Elas ali se tratam como igual, como ela falou, os professores fazem isso – pelo menos nas escolas que eu conheço –, mas as mães tratam diferente... Principalmente nesse negócio de grupo de WhatsApp, às vezes você pega o que elas falam ali e, gente, não tem cabimento. Então elas precisam ser educadas sobre isso, para não fazer com que as crianças tenham um preconceito que elas não têm, não existe.

Andrea Souza: Olha, não é só mãe de criança não autista, as mães de autistas também têm isso. Eu, às vezes, me sinto até excluída do grupo, porque as discussões são do tipo: “faz ABA, não faz ABA”, “toma Melatonina, não toma Melatonina” – gente, o Giovanni não faz nada disso. Aí eu procuro dizer: “Cada caso é um caso e tal”. O que eu acho é o seguinte: tem mães e mães, assim como têm profissionais e profissionais. Você vai ter isso. Mas eu acho que eu aprendi a não ser xiita, extremos nunca ajudam você em lugar nenhum. E o que eu também aprendi, tanto com as terapias quanto na escola, é assim: trata normal a criança; fez besteira, fez besteira, fala: “Olha, você não pode bater no seu amigo mesmo, é feio”, porque ele vai entender. O Giovanni entendeu. Ele vai entender um jeito ou de outro. O Giovanni, até quando ele está na fantasia dele, ele fala “Que feio!”, porque ele já sabe o que é feio. Então, ele sabe mais do que você imagina. Então é tratar normal. Eu mesma, como mãe – e aí é um recado também para como você avaliar a mãe –, não só o profissional, mas às vezes a gente tem essa coisa de pensar “ai, mas será que eu estou exigindo demais se ele é autista?”. Não. Trata normal. Trata normal. É irônico esse “normal”, mas trate normal, e aí ele vai te responder até onde ele pode ir.

Valéria: Bom, tem mais uma questão aqui, eu vou juntar essa última e acho que dá mais dois minutos, três minutos de fala para cada uma, e aí a gente vai ter que encerrar. A outra questão foi assim: “Para quem não tem acesso às escolas que tenham boa vontade e estrutura, qual seria a solução? Vocês acham que as instituições de educação apenas para autistas, como a AMA, são uma boa opção?” – Marina. Aí eu vou fazer a minha fala, e depois vou passar para as colegas.

Bom, eu acho que “como lidar com autistas na escola”, isso é um mistério. Eu não sou “diqueira”, não tem como, né? Então, eu brinco assim, às

vezes deu certo com um, mas isso não deu certo com outro e por isso eu sempre brinco, “tu é ‘diqueira’, hein?”. Não tem como, a gente não vai descobrir, tem cada jeito e cada ritmo. E isso não é em relação às crianças com autismo, gente. Todos os alunos, todos os estudantes têm o seu jeito específico de aprender, e a gente vai ter que, de fato, como docente – eu também sou docente –, tentar estar mais presente. O problema maior – penso eu –, que está por trás de toda essa questão educacional, é um sistema político que nós temos extremamente excludente, que trabalha tentando capacitar o outro para isso ou aquilo, como se nós fossemos objetos que se treina, né? Que a gente treina para ser isso, treina para ser aquilo, tem que adquirir conteúdos, esses, esses, aqueles outros. E eu brinco com meus alunos de psicologia: “Aqui ninguém sabe matemática direito. Será que então vocês não podem ser psicólogos?”. Também brinco com eles, dizendo assim: “Bom, podemos ser analfabetos e psicólogos”; “Imagina, Valéria, não dá para ser analfabeto psicólogo”, eles respondem. E eu respondo: “Lógico que dá! Vocês leram o texto de hoje?”; “Não, não lemos”; “Vocês fizeram o relatório que precisava fazer?”; “Não, não fizemos”; Então não precisa ser alfabetizado para ser psicólogo!”. Ok?

Então, a gente vai precisar repensar a educação de um modo geral nos tempos em que estamos vivendo, com pré-requisitos que sequer serão utilizados na vida profissional e/ou adulta. Aliás, tempos sombrios estes, que estão nos trazendo armadilhas o tempo todo para que a gente caia nessa história de que somos todos iguais. De fato, somos iguais em direito, mas não somos iguais subjetivamente, não somos iguais no modo de pensar, no modo de se relacionar, nos modos de viver, como diria Cida Moisés, né? Então, temos que nos respeitar, nós vamos ter que aprender a conviver. Não dá para continuar tendo uma sala de aula enfileirada e fazer uma assembleia. Não tem como. Isso, não sei como funciona na sua escola, não é uma crítica direta, mas na verdade, a gente escuta muita gente dizendo hoje em dia – e você deve ter percebido isso, vocês todos – “Ah, nós somos democráticos”, mas o aluno não tem fala, o aluno não tem voto, na hora que ele passa a perturbar, ele não serve. E que democracia que é essa?

A situação não é só dos autistas; nós temos negros excluídos, nós temos indígenas excluídos, nós temos venezuelanos excluídos, nós não aceitamos outras culturas, a gente continua ensinando que o Cabral veio aqui e descobriu o

Brasil, sem se perguntar sobre qual é a importância do Dom Pedro II para as crianças de oito anos que estão na segunda série? Gente, Dom Pedro II, agora? Por quê? Por que ele é importante? E o Tiradentes? E Zumbi dos Palmares? Ninguém vai falar sobre isso? É essa também uma questão. Sobre instituições especializadas para autistas ou para qualquer outra deficiência, eu não concordo. Eu – Valéria, psicóloga – me coloco negativamente a isso, no entanto quero marcar que não é a posição do Núcleo de Educação do qual eu faço parte, do Núcleo de Deficiência de que faço aqui a representação. Eu como Valéria, psicóloga, trabalhando com pessoas autistas, não acredito em instituições fechadas, instituições onde essas pessoas podem sim aprender muitas coisas, estar bem em centros especializados, mas elas precisam frequentar escolas, do ensino infantil ao ensino superior, como elas quiserem; elas são sujeitos das suas vidas, e a gente precisa resgatar isso. Não sou contra um trabalho no contraturno, uma continuidade, uma ajuda, mas exclusivo, eu sou completamente contra.

Antes de eu passar para a Paula e para as Andreas, eu vou ler o que o William respondeu aqui, que é aquele rapaz autista que já tinha escrito, porque, “sobre o conceito de filho idealizado”, ele continuou, “o que direi é duro, mas é verdade, e ela deve ser dita do a quem doer. Vamos parar de ficar presos a padrões. Quando se descobre que o filho é autista – seja ele oralizado ou não –, parece que aquela noção de filho perfeito ruiu e o mundo acabou. Tudo isso se deve por conta dos padrões e rótulos absurdos e excludentes que foram construídos ao longo da história. Esses devem ser impiedosamente, duramente combatidos e devemos combater com igual rigor o capacitismo cometido contra as pessoas...” – contra, né? Ele coloca bem claro isso... – “... contra as pessoas autistas. Enquanto não rebaftermos essa noção de filho perfeito, não combateremos a rotulação feita pela mídia, pela indústria farmacêutica, pelos manicômios e por algumas ONGs – não são todas, é claro, evito generalizar – interessadas somente em nos usar como vitrine pra arrancar dinheiro do Estado e encher as burras de alguns oportunistas de plantão. A noção sobre o que é ser autista precisa ser rediscutida e quem tem que dizer isso, de fato, somos nós, os autistas propriamente ditos”. Vou passar aqui.

Paula: Show, William. Show! Obrigada pela excelente colaboração. A gente podia acabar com isso que você falou, que foi maravilhoso, mas

você sabe que a gente fica com vontade de falar, falar, falar; mas maravilhoso! Obrigada, William. São só poucas palavras pegando um pouquinho do que cada uma trouxe. Eu penso que quem rejeita está com medo. Seja o pai que rejeita, seja a professora que pensa “eu não sei o que eu faço com isso”. Eu me lembro quando a minha filha nasceu, a minha filha nasceu saudável, ela tinha um soluço, eram duas horas da manhã, eu liguei para maternidade, falei: “Pega de volta, porque o que é que eu faço?”. Então, assim, a gente tem medo, medo do que a gente não conhece. Como é que eu vou descobrir? O que eu faço com um bebê que soluça? Já fiz tudo o que manda lá no caderninho. Então, eu acho que afeta a gente.


Paula: Vermelho, linha vermelha dá certo para quem não sabe. Tive vários pais assim e as coordenadoras diziam: “Marquei três pais para conversar com você hoje, de aluno da sala que você está atendendo, porque tão bravos”. Eu: “Como você não me avisou?”; e ela: “Eu não, você veio aqui, você fala”. Então, assim, é só por muito afeto, porque dá muito medo, né? A desinformação é muito grande. Os pais pensam “e se bater no meu filho, e se não sei o que lá”, um monte de coisa. E a professora também: “O que eu faço?”. Então, para mim, a solução é acolher. É acolher, é pesquisar junto, é oferecer possibilidades: “Você quer que eu fique aqui um pouco? O que eu posso fazer?”. Então, eu sou daquelas que, com essas reações mais veementes assim, eu acho que a gente precisa trazer para perto, e acolher, e oferecer informação. Sobre a empatia, eu acho que não dá para ter limite com a empatia. A gente não pode levar pra casa e a gente tem que saber que eu sou eu, você é você, o seu problema é o seu problema, os meus problemas são os meus problemas. Mas ficar no lugar do outro enquanto está com o outro e buscar alternativas, buscar saídas, eu acho que é dever de todo ser humano, não é só do psicólogo, acho que é dever de todo mundo. Ser empático e colaborar no que for possível. Eu sou cheia de achismo e “diquismo”, tá? Eu adoro. Eu sou, eu falo, eu divido minhas histórias, eu conto minhas histórias, porque eu acho que elas podem servir de leque, alguém pode escutar e dizer: “Nossa, isso aí pode ser legal pra mim”. A quantidade de pessoas que já passaram pela minha vida enquanto eu estava ali, oferecendo suporte, apoio... uma delas pode servir pra vocês, pode ser legal. “Olha, isso bateu aqui, acho que faz sentido.” Então, eu sou uma Forrest Gump, eu conto histórias. Adoro, adoro. No teu caso, Joana,

eu acho que é isso, está perfeito. E, de novo, o apoio. É chato, né? Mas a gente... “Você precisa de ajuda, então, para deixar de fazer isso que o seu colega não gosta. O que a gente pode ajudar, então?”. Isso a gente fazia muito, tratos assim. “Tá, você não quer que puxe o cabelo, então o que que a gente pode fazer para ajudá-la a não puxar o cabelo?” E aí você toma a rede toda para pensar junto, porque era uma menina não verbal, puxava direto... Uma delas disse assim: “Eu acho que ela quer que eu olhe pra ela”; “E o que você acha que você pode fazer?”; “Quando eu chegar, eu posso virar e falar ‘bom dia’ e perguntar se ela quer conversar”. Então, é isso. E é sempre com todo mundo, né? Enfim. Sobre as escolas, eu acho que cada pai escolhe o caminho. A gente, como profissional, pode indicar este, aquele... Bom, depois que plano de saúde só aceita pagar terapia cognitiva – “CRP sabe disso?”. Eu tomei um susto, como assim, o plano de saúde escolhe? Então, eu acho que a gente pode abrir o leque e cada pai escolhe o seu caminho. Para mim não tem receita. Eu acho que se é bom para você esse, que bom, que tudo dê certo, e tem coisas que dá certo sim pra esse, para aquele, para aquele, para aquele, e a gente precisa aprender a respeitar, e aí eu me recolho como profissional, entende? Eu posso ser empática, eu posso oferecer isso e isso, “mas a escolha é sua e eu me recolho como profissional”.

Andrea Souza: Bom, gente, eu queria agradecer, eu acho que eu aprendi mais do dividi hoje. Mas eu esqueci de comentar quanto ao papel da escola. Logo que o Giovani começou na Superativo, o meu marido, que foi na primeira reunião, ficou até assustado, porque a diretora passou de sala em sala, nas reuniões de pais, para contar uma história que tinha um aluno com síndrome de Down e o outro coleguinha virou para ele e falou assim: “Meu pai falou que eu não posso brincar com você, porque você é tan-tan”. A diretora fez questão de passar de sala em sala de pais falando assim: “Nós não vamos admitir esse tipo de postura aqui”. Então a escola acabou tomando uma posição. Meu marido chegou bem assustado em casa, mas ao mesmo tempo eu falei: “Poxa, que bom que a escola assumiu essa posição, então ela realmente quer ser inclusiva”. Não estou dizendo que é porque é síndrome de Down, ou que é autista. O que seja! Outro dia o meu filho chegou e chegou a informação para mim, porque o Giovani chutou a colega. Vamos entender, chutou por quê? “Ah, porque ela queria tirar o negócio dele, não sei o quê.” Então, é preciso tirar

esse estigma de que está fazendo isso porque é autista – ou está fazendo isso por que é uma criança? Qualquer criança faria isso, né? Então, acho que a gente tem que dar esse passo para trás, porque a gente tem uma tendência, inclusive nós, pais, tá? A gente acaba estereotipando, “ah, porque ele é autista”. Não. Pode ser simplesmente porque é uma criança. E aí eu gostei muito da fala do William, porque é isso, eu acho que, se eu posso deixar um recado, é isso: a gente precisa se unir para fazer a informação circular, porque todo mundo está no mesmo barco. Eu sei que tem opiniões mais radicais, outras menos, até entre os próprios pais, mas eu acho que o que falta é informação. Estou falando do meu capítulo, como mãe, falta muita informação. Então, eu acho que se a gente se unir, fizer a informação circular, muita coisa vai ser otimizada.

Andrea dos Santos: Eu acho que foi dito tudo. Mas eu vou voltar, quem sabe em um dos princípios que eu mais gosto, e que eu acho que a gente precisa aprender a navegar, que a igualdade e o direito à diferença. E eu vou lembrar da minha filha... Ela falou que não era para eu contar a história dela, mas como ela não está aqui, eu vou contar. Vocês não contem para ela que eu contei, tá? Uma vez, ela estava em casa e ela ficava falando assim: “Fulano é louco, ciclano é louco, fulano é louco, ciclano é louco”; e eu, no lugar às vezes da mãe e às vezes da pedagoga chata, falava: “Marina, que história é essa, ficar chamando as pessoas de louco, louco, louco?”. Ela virou e disse: “Ué, mãe, louco é quando a cabeça da gente não se comporta direito”. Então, eu acho que em determinados momentos é isso para todo mundo, não é? A questão é que a gente precisa entender um pouco mais do nosso próprio funcionamento também, para se aproximar um pouco dos funcionamentos do outro, que não são iguais ao nosso. E esse é um compromisso dessa escola contemporânea, do qual nós ainda estamos muito distantes. Então, eu acho que nós precisamos caminhar. E é bonito ver inovações, né? Que são pequenas inovações, viu, gente? São pequenas, mas se nós formos construindo essas pequenas inovações, nós vamos garantir que a igualdade é o direito à diferença. Muito obrigada.

Valéria: Muito obrigada pela manhã produtiva, agradeço pela presença de todos, virtualmente e presencialmente. E que a gente possa continuar colaborando uns com os outros, obrigada e até logo. 



Realização:



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP